

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

OBJETO

Contratação de serviços de empresa especializada em: Locação de estruturas para eventos, estrutura de sonorização, de iluminação e painel de led, para a realização da 58ª Edição da Festa Nacional da Ponkan que ocorrerá nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026 no Município de Cerro Azul-PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 724.174,26 (setecentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/05/2026 – 09:00 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO (art. 56, I da Lei 14.133/21)

NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 007/2026

TIPO: MENOR PREÇO - POR LOTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026

ABERTURA DA SESSÃO: 25/05/2026 ÀS 09h00min

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE CERRO AZUL**, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.626/0001-24, sediado à Rua Barão de Cerro Azul, 63, Centro, Cerro Azul/PR, torna público para conhecimento dos interessados que, fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando a proposta mais vantajosa **contratação de serviços de empresa especializada em: Locação de estruturas para eventos, estrutura de sonorização, de iluminação e painel de led, para a realização da 58ª Edição da Festa Nacional da Ponkan que ocorrerá nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026 no Município de Cerro Azul-PR**, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, nomeados pelo **DECRETO Nº. 002/2026**, obedecendo ao seguinte calendário:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA: 25/05/2026

HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CÓDIGO UASG: 987501

1.1.1. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

1.2. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme datas e horários definidos acima:

1.3. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, nos termos das condições descritas neste Edital.

2. DO EDITAL, OBJETO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de serviços de empresa especializada em: Locação de estruturas para eventos, estrutura de sonorização, de iluminação e painel de led, para a realização da 58ª Edição da Festa Nacional da Ponkan que ocorrerá nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026 no Município de Cerro Azul-PR**, de acordo com as

condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, especialmente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

2.2. O aviso deste Edital será publicado no Diário Eletrônico dos Municípios do Estado do Paraná, endereço: www.diariomunicipal.com.br, órgão oficial de divulgação do Município de Cerro Azul, no Site da Prefeitura Municipal: www.cerroazul.pr.gov.br e no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.3. Para envio do edital por e-mail deve a licitante interessada enviar solicitação para os endereços eletrônicos: licitacoescerroazulpm@gmail.com e licitacao@cerroazul.pr.gov.br.

2.4. O Edital de Pregão Eletrônico completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cerro Azul/PR, no site www.cerroazul.pr.gov.br e no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.4.1 A licitante é responsável pela verificação junto ao site qualquer alteração ou retificação que porventura ocorra, os quais estarão disponíveis e no no site www.cerroazul.pr.gov.br e no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.6. As questões administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (41) 3662 1222 Ramal 116.

2.7. A presente Licitação reger-se-á pelo tipo: **MENOR PREÇO POR LOTE**.

2.8. Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"**, em que se inicia com a apresentação de lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão às expensas da seguinte Dotação Orçamentária.

Secretaria	Despesa	Órgão/ Unidade	Elemento de despesa	Fonte
Governo	230	02.000.13.392.2.054	3.3.90.39.00.00.00.00	0000

4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

4.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para **impugnar este Edital**, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

4.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas o pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, da seguinte maneira:

4.2.1. Em forma impressa as 08:00hrs às 12:00hrs/13:00hrs às 17:00hrs, na Rua Barão do Cerro Azul, nº 63, Centro, Cerro Azul-PR, Setor de Protocolo;

4.2.2. Encaminhadas através de endereço de e-mail das 00:00hrs às 23:59hrs nos endereços eletrônicos:

licitacoescerroazulpm@gmail.com e licitacao@cerroazul.pr.gov.br.

4.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

4.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

4.5. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: licitacoescerroazulpm@gmail.com e licitacao@cerroazul.pr.gov.br.

4.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

4.10. Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quanto, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O vencedor do certame deverá executar os serviços referente os lotes em que se sagrou vencedor, nos prazos e nas formas estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

5.2. O vencedor deverá substituir os materiais que apresentarem quaisquer divergências com as especificações deste Edital, sem ônus para o Município de Cerro Azul.

5.3. A substituição deverá ser efetivada pelo vencedor de maneira imediata.

5.4. Caso o objeto não seja entregue no prazo estabelecido no Anexo I – Termo de Referência, o fiscal iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo Município de Cerro Azul.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. O presente processo licitatório possui LOTES ABERTOS para ampla concorrência e LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP.

6.1.1. Em atendimento ao artigo 48, incisos I, III e § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, será estabelecido a prioridade de contratação para micro empresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, o critério utilizado será o de localização, portanto, as

empresas SEDIADAS NA REGIÃO LESTE DO ESTADO DO PARANÁ, ou seja, enquadradas nos termos das leis retro citadas;

6.1.2. Para fins de aplicação do dispositivo contido no item 6.1.1, considera-se:

- a) Âmbito Local - Limites geográficos do Município de Cerro Azul;
- b) Âmbito Regional - Municípios do Leste do Paraná conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Porto Amazonas, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná.

6.2. Poderão participar desta licitação os interessados que:

6.2.2. Atendam aos requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

6.2.3. Comproven possuir os documentos de habilitação requeridos.

6.3. Poderão participar desse Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.4. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal Compras.Gov.br, no ato da abertura do Pregão.

6.4.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.4.1.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

6.4.1.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

6.4.1.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.4.1.4. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.4.1.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

6.4.1.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

6.5. Não será permitida a participação direta ou indiretamente na presente licitação das empresas interessadas:

6.5.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- 6.5.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.5.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 6.5.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 6.5.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- 6.5.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 6.5.1.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 6.5.1.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Cerro Azul;
- 6.5.1.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;
- 6.5.1.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- 6.5.1.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Cerro Azul /PR;
- 6.5.1.11. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021
- 6.5.1.12. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- 6.5.1.13. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6.6. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras;
- 7.2. A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.4. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

- 7.5. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 7.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 7.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

8. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 8.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário do item, observados o quantitativo e a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).
- 8.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.
- 8.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital
- 8.4. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:
- 8.3.1. O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;
- 8.3.2. A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006;
- 8.3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- a) Condições de participação.
- a.1) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- a.2) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo

b) Declarações para fins de habilitação

b.1) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório

b.2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante

b.3) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

b.4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

b.5) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

c.1) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante

c.2) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis

d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa

d.1) Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital;

8.7. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, sobre os produtos/serviços propostos, são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.11. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item e lote, com até duas casas decimais após a vírgula.**

8.12. **A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.13. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Cerro Azul.

8.13.1. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo II.

8.14. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.15. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.16. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.17. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos;

8.18. **A empresa classificada em 1º lugar na fase de julgamento das propostas será convocada para a apresentação de proposta atualizada bem como para a apresentação dos documentos de habilitação exigidos no item 11 do edital.**

8.19. **Como condição prévia ao julgamento das propostas de preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

8.19.1. SICAF;

8.19.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.19.3. Consulta no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

8.19.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e poderá ser realizada também em nome de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.19.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação. Nesse caso, a próxima empresa classificada será convocada para as mesmas consultas;

8.19.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.19.7. O licitante é responsável por monitorar seu faturamento global e declarar, sob as penas da lei, sua condição de ME ou EPP. Caso a adjudicação de múltiplos lotes neste certame, somada ao faturamento já acumulado no ano-calendário, resulte na extrapolação do limite legal previsto no Art. 3º da LC 123/06, a licitante deverá solicitar o seu desenquadramento perante os órgãos competentes, sob pena de caracterizar fraude ao certame e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.20. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.21. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.22. Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.23. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item e lote, com até duas casas decimais após a vírgula.**

8.24. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.25. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Cerro Azul.

9. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. No dia **25 de maio de 2026, às 09h00min**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto a exequibilidade, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.4.1 É dever do licitante o acompanhamento das mensagens, informações e solicitações realizadas através do chat no sistema de pregão eletrônico.
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado neste edital.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 9.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.10.1 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 9.14. No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

- 9.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.
- 9.18. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19. A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.20. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 9.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.25.2. O(a) Agente de Contratação solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.26. É facultado ao(a) Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 9.25.
- 9.27. Após a negociação do preço, o(a) Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.28. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

9.29. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei nº 114.133/2021.

10.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2.2 Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

10.2.2.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

10.2.2.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

10.2.2.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

10.2.2.4 Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

10.2.2.5 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, distrital, estadual ou municipal;

10.2.2.6 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

10.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

10.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrado nos relatórios do sistema.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.4.1. É facultado ao(a) Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

10.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

10.5. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.8. O(a) Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.8.1 - Também nas hipóteses em que o(a) Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor, nos termos do inciso II do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 Ao final da disputa o Agente de Contratações fará a convocação dos licitantes vencedores para apresentação dos documentos de habilitação.

11.3 Os documentos deverão ser anexados no campo específico da plataforma, organizados de forma a facilitar a verificação.

11.4 É obrigação do licitante a disponibilização de todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, de forma concisa, organizada, em formato .PDF, sendo um arquivo para cada documento, nomeado de acordo o teor do documento, agrupado em pasta compactada.

11.5 Os documentos deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, no ambiente virtual do Compras.gov.br.

11.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.7. A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

11.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.7.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

11.7.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.7.4. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.7.5 Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.7.6 Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

11.8. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

11.8.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento;

11.8.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 ANOS (EXERCÍCIOS SOCIAIS), já exigíveis apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

- i. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- ii. Caso de empresa constituída no EXERCÍCIO SOCIAL VIGENTE, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade
- iii. A comprovação da boa situação financeira da empresa a que se refere a alínea “b” será avaliada de forma objetiva pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}$$

- iv. Comprovação que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta inicial.

11.9 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

11.9.1 Apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica que demonstrem que a empresa já organizou eventos de porte similar ao da Festa Nacional da Ponkan, de acordo com o exigido no termo de referência do edital.

11.9.2 Os atestados deverão ter comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- a) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com características mínimas similares ou superiores ao objeto desse processo.
- b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- c) Os atestados de capacidade técnica deverão ser apresentados em nome da empresa participante.
- d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.9.3 Para o Lote 1, as empresas deverão apresentar CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitido pelo CREA ou CAU, em nome do responsável técnico (Eng. Civil, Mecânico ou Arquiteto), referente desempenho da atividade, pertinente e compatível com o objeto da licitação, por execução de serviços de características semelhantes, em quantidades iguais ou semelhantes ao objeto da presente licitação, acompanhado do respectivo Atestado de Capacidade Técnica vinculado a CAT.

Parágrafo único. Toda estrutura locada deverá possuir Engenheiro Responsável e emissão de ART das mesmas.

11.10. A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

11.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

11.10.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

11.10.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

11.10.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

11.10.5. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

11.10.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

11.10.6.1. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.10.6.2 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.6.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

11.12. Os licitantes deverão ainda apresentar a **Declaração Unificada**, conforme modelo constante no **Anexo IV**, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, sob as penas da lei.

11.13. Para efeitos da **Lei Complementar nº 123/2006**, as licitantes deverão apresentar, a fim de **COMPROVAR O ENQUADRAMENTO**:

11.13.1 As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, **declaração, assinada pelo contador responsável da empresa conforme Anexo III do edital**, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), **acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante**. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

11.13.2. **Certidão expedida pela Junta Comercial**, com data de emissão não superior a 60 dias da data fixada para apresentação das propostas, na forma do art. 3º da Instrução Normativa DREI (Departamento de Registro Empresarial e Integração) n.º 36, de 03 de março de 2017, ou, em se tratando de Sociedade Simples, através de Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob pena de ser desconsiderada a condição de ME ou EPP.

11.14. A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

11.14.1. O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **PODERÁ SUBSTITUIRÁ APENAS** os documentos indicados nos subitens acima **11.5 – Habilitação Jurídica, 11.6 - Qualificação econômico-financeira e 11.8 - Regularidade fiscal e trabalhista**, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.

11.14.2. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF) ou no CRC, o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

11.14.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.15. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

11.16. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.17. O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

11.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.19. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

11.20. Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor. No caso de documentos assinados por procurador, deve ser anexada **Procuração** por instrumento público ou particular, da qual constem poderes necessários à prática dos atos inerentes à licitação, acompanhada de cópia de documento de identificação com foto do procurador/representante.

12. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, lote a lote ou um lote por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASGOV, a PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, em conformidade com o último lance ofertado, bem como os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

12.2. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital **e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

12.2.1 O prazo para o envio de anexos poderá ser prorrogado por 2 horas, desde que solicitado previamente pela licitante, desde que a solicitação seja devidamente justificada.

12.3. O licitante deverá anexar a **Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até 02 (DUAS) HORAS de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 8h às 12h e das 13h00min às 17h00min**, contados da convocação.

12.3.1 Os horários para o envio de anexos, poderão sofrer alteração, desde que informado pelo Pregoeiro via chat, durante a sessão com sua respectiva motivação.

12.4. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos endereços de e-mail: licitacoescerroazulpm@gmail.com e licitacao@cerroazul.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Cerro Azul quanto do emissor.

12.4.1. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, bem como a prorrogação do mesmo nos termos do item 12.2.1, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

12.4.2. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

12.4.3. É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**

12.4.4. Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

12.5. A proposta deverá conter:

12.5.1 **Proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta.**

12.5.2 **Preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

12.5.3. Indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

12.5.4. Prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

12.5.5. **Indicação/especificação** do material e marca.

12.5.6. **Declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06.**

12.5.7. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**

12.5.8. A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital e Anexos** sob pena de desclassificação.

12.5.9. O pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

12.5.10. A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

12.6. A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

13.1. A documentação constante no item 11 deverá ser encaminhada caso solicitado no chat pelo Pregoeiro, em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Rua Barão do Cerro Azul, 63, Centro**,

Cerro Azul - PR, CEP 83.570-000. Aos cuidados do Departamento de Licitação e Compras e pregoeiro responsável: Rodrigo Augusto Navarete. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

13.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

13.3. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

14. DOS RECURSOS

14.1. A manifestação de intenção de recorrer, se dará em 2 (duas) fases:

14.1.1. Na fase de julgamento das propostas;

14.1.2. Na fase de habilitação das empresas classificadas.

14.2. O pregoeiro abrirá prazo mínimo de 10 (dez) minutos em cada fase, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

14.2.1. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

14.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.5. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

14.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, a Autoridade competente terá até 5 (cinco) dias uteis para:

14.6.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

14.6.2. motivadamente, reconsiderar a decisão;

14.6.3. manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente, a qual terá mais 5 (cinco) dias uteis para decisão;

14.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

14.9. **Não havendo recurso**, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.3 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

16.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

16.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16.2.1. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

17. DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

17.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 17.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.1.2 Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 19.1.

17.1.3 Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 17.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

18.1.5. fraudar a licitação

18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a depender da infração cometida, conforme critério da Administração e deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas cometidas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 40. § 4º da IN GTTNLL 03/2023.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que

sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Cerro Azul o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Cerro Azul.

20. DO COMBATE À FRAUDE E À CORRUPÇÃO

20.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “Prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente

a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

f) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital;

g) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

h) Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

20.2. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O resultado/homologação e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amp/, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico <https://www.cerroazul.pr.gov.br>.

21.2 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Cerro Azul não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.4 Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo pregoeiro e Equipe de apoio.

21.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.

21.6 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

- 21.7 Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
- 21.8 Os documentos de habilitação e proposta serão enviados digitalmente por meio de chave de acesso e senha do sistema (Art. 26 §3º do Decreto 10.024/2019), sendo o envio de responsabilidade exclusiva da proponente, havendo necessidade do encaminhamento da documentação original, será solicitada pelo Pregoeiro.
- 21.9 Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 21.10 Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.
- 21.11 Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 21.12 Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 21.13 O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 21.14 O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.
- 21.15 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.16 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- 21.17 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Cerro Azul.
- 21.18 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo pregoeiro.
- 21.19 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF;
- 21.20 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação;
- 21.21 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- 21.22 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão;
- 21.23 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito;
- 21.24 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, releva faltas meramente formais que não comprometam a lisura

e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres;

21.25 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.26 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

21.27 O foro é o da Comarca de Cerro Azul– Estado do Paraná, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

22. DOS ANEXOS

22.1 Compõem este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO V – DECLARAÇÃO LGPD;

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VII – CROQUI E PLANTAS – 58ª FESTA DA PONKAN;

ANEXO VIII – **RIDER TÉCNICO dos cantores: JOÃO NELORE & TEXANO e GEORGE HENRIQUE & RODRIGO** – REFERENCIA PARA O EQUIPAMENTO DE SOM - 58º FESTA DA PONKAN;

ANEXO IX – REFERENCIA PARA O EQUIPAMENTO DE SOM PARA PALCO SECUNDÁRIO (EXPOSIÇÃO).

Cerro Azul, 07 de maio de 2026.

Edson Cordeiro do Nascimento

Prefeito Municipal

NOTA – Para facilitar a visualização, os anexos VII, VIII e IX, complementares ao edital, estarão acessíveis em formato digital no site www.cerroazul.pr.gov.br.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 054/2026

1. DO OBJETO LICITADO

1.1 Contratação de serviços de empresa especializada em: Locação de estruturas para eventos, estrutura de sonorização, de iluminação e painel de led, para a realização da 58ª Edição da Festa Nacional da Ponkan que ocorrerá nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026 no Município de Cerro Azul-PR.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. O Município de Cerro Azul promove neste ano a 58ª Edição da Festa Nacional da Ponkan, que é realizada anualmente com intuito de valorizar o grande volume de produção agrícola de Cerro Azul, em especial a Tangerina Ponkan, fruta que é o carro chefe do Município e que trouxe à cidade o título de Capital Nacional da Ponkan.

O evento é composto por quatro dias de festa, 11, 12 13 e 14 de junho de 2026, contando com diversas atrações artísticas, exposição de produtos agrícolas oriundos do Município, gastronomia local, praça de alimentação geral e comércio variado, buscando proporcionar momento de lazer e entretenimento aos munícipes da cidade em comemoração ao principal produto que fomenta e sustenta a economia municipal.

Para conseguir desenvolver as atividades supracitadas de maneira satisfatória e segura é imprescindível a instalação dos equipamentos especificados fazendo necessária a presente contratação.

3. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO:

3.1 As estimativas de materiais e serviços foram levadas em conta observando-se a planta do local, dimensionando-a de maneira que possa gerar um bem-estar geral para todos os presentes, nos 4 dias de festa. A coordenação da comissão municipal procurou dimensionar o melhor arranjo espacial, a fim de evitar aglomerações, mantendo-se um fluxo agradável nas dependências do espaço.

3.2. A relação dos materiais e quantitativos estão descritos no Termo de Referência distribuídos em 3 lotes.

3.3. O valor máximo teve como referência a pesquisa de mercado, com fornecedores do ramo de atividade pertinente, cotações realizadas em sistema banco de preços e contratação similar realizada pelo Município na 57ª Festa Nacional da Ponkan de 2025, conforme mapa de preço em anexo.

O objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo:

LOTE 01 – LOCAÇÃO ESTRUTURA: PAVILHÃO, TENDAS, CAMARINS E OUTROS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PAVILÃO COBERTO COM FECHAMENTOS – Locação, instalação e desmontagem de pavilhão medindo 20mt X 40mt; com lona antichamas e blackout, deverá possuir fechamento para as 2 laterais	UN	1	R\$ 58.933,33	R\$ 58.933,33

	medindo 40mt de comprimento e mesma altura do “pé direito”; as lonas deverão ser brancas. O pavilhão deverá possuir estrutura em alumínio com padrão e resistência mínimo Q50.				
2	PAVILÃO COBERTO SEM FECHAMENTO – Locação, instalação e desmontagem de pavilhão medindo 20mt X 40mt; com lona antichamas e blackout; as lonas deverão ser brancas. O pavilhão deverá possuir estrutura em alumínio com padrão e resistência mínimo Q50.	UN	1	R\$ 58.600,00	R\$ 58.600,00
3	TENDAS PIRAMIDAL 10mt X 10mt SEM FECHAMENTO - Locação, instalação e desmontagem de tenda piramidal 10mtX10mt com calha; lona deverá ser branca antichamas e blackout;	UN	8	R\$ 2.933,33	R\$ 58.600,00
4	TENDAS PIRAMIDAL 5mt X 5mt COM FECHAMENTO - Locação e instalação de tenda piramidal 5mt x 5mt tubular, com fechamentos nas 4 laterais da mesma altura do “pé direito”; pé direito altura mínima 3 metros; lona deverá ser branca antichamas e blackout;	UN	5	R\$ 1.383,33	R\$ 6.916,65
5	TENDAS PIRAMIDAL 3mt X 3mt COM FECHAMENTO - Locação e instalação de tenda piramidal 3mt X 3mt tubular, com fechamentos nas 4 laterais da mesma altura do “pé direito”; pé direito altura mínima 2 metros; lona deverá ser branca antichamas e blackout;	UN	58	R\$ 866,67	R\$ 50.266,86
6	CAMARIM - Locação, instalação e desmontagem de Camarim com estrutura de alumínio, fechamento em octanorm; cada camarim deverá possuir 01 (uma) porta com chave; 3 camarins deverão possuir aparelho de ar-condicionado; cada camarim deverá possuir piso com forração.	UN	6	R\$ 6.333,33	R\$ 37.999,98
7	MÓDULO CAMAROTE 3 PATAMARES COM 12 CAMAROTES EM CADA PATAMAR - Locação, instalação e desmontagem de módulo de camarote em estrutura tubular metálica com cobertura 10mtX30mt; em alumínio com padrão e resistência mínimo Q30; com lona branca antichamas e blackout; deverá possuir 03 patamares diferentes alturas, sendo o primeiro patamar tendo altura mínima de 1mt partindo do chão, o segundo patamar 1,40mt partindo do chão e o terceiro patamar com 1,80mt partindo do chão ; com manutenção de limpeza até às 15h, em todos os dias do evento; deverá conter 12 camarotes por patamar medindo no mínimo 2,20mt de largura x 2,00mt de comprimento cada camarote; deverá possuir 2 acessos de escadas nas laterais e 1 acesso de escadas no meio do módulo, totalizando 3 escadas contendo no mínimo 1,20mt de largura, deverá possuir corrimão; com comprimento máximo de 30 metros de piso, profundidade máxima de 10 metros; todo fechamento deverá ser com barras na vertical; O camarote deverá possuir fechamento nas laterais e fundos utilizando tecido tipo ligante ou similar, em quantidade e disposição suficientes para garantir acabamento estético adequado ao evento. O fechamento não deverá ser totalmente vedado ou esticado, sendo obrigatório que o tecido seja instalado de forma a permitir circulação natural de ar e ventilação interna. deverá possuir guarda corpo conforme exigência do Corpo de Bombeiros. Conforme. ANEXO.	UN	1	R\$ 71.101,56	R\$ 71.101,56
8	MESA BISTRÔ - Locação mesa bistrô: Mesa tipo bistrô redonda com altura de 100cm a 110cm e tampo com 60cm de diâmetro. Estrutura em aço cromado, com tratamento anticorrosivo. Tampo confeccionado em MDF, espessura mínima de 6mm.	UN	36	R\$ 395,67	R\$ 14.244,12
9	GRADIL - Locação, instalação e desmontagem de gradil de contenção vazado medindo 2mt de largura por 1,20mt de altura para fechamentos.	UND	80	R\$ 60,33	R\$ 4.826,40
10	PÓRTICO METÁLICO - Pórtico metálico com padrão e resistência mínimo Q30; medindo 12,0mt de largura x 6,5mt de altura com estrutura para instalação de banner na área superior e nas duas colunas de suporte, contemplando a confecção de arte, impressão em lona com ilhós e instalação no pórtico nas três áreas supracitadas.	UN	1	R\$ 9.188,89	R\$ 9.188,89

11	PALCO PRINCIPAL – Locação, instalação e desmontagem de palco principal medindo 16mt X 10mt; com cobertura de 2 águas equivalentes as medidas do palco (16mtX12mt); deverá possuir duas áreas de serviço e house mix; deverá ter todo fechamento com barras na vertical; deverá conter cortinas pretas no fundo e nas laterais; deverá possuir grid em alumínio com padrão e resistência mínimo Q30 para suporte de som, luz e led; deverá conter 10 praticáveis pantográficos 2x1.	UN	1	R\$ 44.641,07	R\$ 44.641,07
12	PUFF PARA CAMAROTES – Locação de puff banquetta quadrado, tecido couro sintético, courino, 42 cm x 35 cm, com 4 pés, forma quadrada; deverá possuir cor marrom ou preta.	UN	36	R\$ 290,00	R\$ 10.440,00
13	PALCO EXPOSIÇÃO - Locação, instalação e desmontagem de palco para a exposição medindo 5mt X 4mt; com 0,5m de altura; deverá possuir com escada na lateral; deverá possuir forração em todo palco.	UN	1	R\$ 6.597,44	R\$ 6.597,44
14	FECHAMENTOS EM CHAPA METÁLICA - Locação, instalação e desmontagem de fechamentos em chapa metálica medindo 2mt X 2mt.	UND	100	R\$ 133,33	R\$ 13.333,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 410.555,94

LOTE 02 – LOCAÇÃO: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE - Locação de sistema de sonorização de grande porte para palco principal; Torres de DELAY; 04 microfones sem fio Shure Axient (sendo 02 para standby); 04 sistemas de In-Ear Sennheiser G4 ou Shure PSM900; 01 Console F.O.H: Avid Digi design :Profile Mix Rack com 03 DSPs S6L ou Yamaha: PM5D RH, CL5, PM10 ou Soundcraft: Vi6, VI3000 VI 2000 ou Midas: Pro9, Pro6, Pro3 ou Pro ou DiGiCo: SD8; 01 Console F.O.H 32 canais: Behringer X32 ou Midas M32 ou Yamaha LS9/32 ou M7 ou PM5D, além de modelos superiores como a linha Vi da Soundcraft (3000-6000); 01 Console Monitor com 24 OUT sendo: Midas: VI3000, VI2000, VI1000 ou Yamaha: PM5D RH, CL5 ou Avid Digi design: Profile Mix Rack com 03 DSPs S6L; 08 Monitores SM400 ou 222 ou NEXO ou LS AUDIO; 01 Side Fill Duplo 4 vias estéreo; 01 Sub Drums 2X18; 01 Amplificador de Baixo Ampeg, Hartke ou GK800; 01 Bateria Bumbo. Os demais equipamentos deverão estar em conformidade com os Riders Técnicos (anexos) para shows de nível nacional; Não serão aceitos marcas e modelos diferentes do proposto no Rider Técnico devendo atender ao exigido dos artistas GEORGE HENRIQUE E RODRIGO / JOÃO NELORE E TEXANO. A contratada deverá disponibilizar técnico/operador responsável e equipamentos para os 4 dias do evento (11/06 a 14/06/26).	UN	1	R\$ 21.750,00	R\$ 87.000,00
2	ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE - Locação de sistema de Iluminação de grande porte para palco principal; 22 un. Bean 9R; 30 un. Bean; 18 un. Mac Aura Wash; 18 un Strobe RGB de fita; 08 un. Atomic Led Nitro; 06 COB LED de 200W; 14 un. Robe Wash LED; 12 un. Moving Wash Led; 10 un. P5 Outdoor; 06 un. Mini Brute (4 ou 5 lâmpadas); 02 un. Spot BSW. Os demais equipamentos deverão estar em conformidade com o Rider Técnico para shows de nível nacional, sendo responsabilidade da contratada fornecer equipamentos para os 4 dias de evento (11/06 a 14/06) devendo atender ao exigido no Rider Técnico dos artistas GEORGE HENRIQUE E RODRIGO / JOÃO NELORE E TEXANO (ANEXO). A contratada deverá disponibilizar técnico/operador responsável para os 4 dias do evento.	UN	1	R\$ 17.376,67	R\$ 69.506,68

3	TELÃO DE LED P4 PARA PALCO PRINCIPAL – Locação, instalação e desmontagem de telão de led para palco principal; medindo 8,0mt x 4,0mt, em formato chapado; com espaçamento entre os pixels, (pixel pitch) P4; sendo responsabilidade da contratada fornecer equipamentos para os 4 dias de evento (11/06 a 14/06). A contratada deverá disponibilizar técnico/operador responsável para os 4 dias do evento.	UN	1	R\$ 11.700,00	R\$ 46.800,00
4	SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE - Locação de sistema de sonorização de pequeno porte para palco exposição; os equipamentos deverão estar em conformidade com o ANEXO do edital, sendo responsabilidade da contratada fornecer equipamentos para os 4 dias de evento (11/06 a 14/06); a contratada deverá disponibilizar técnico/operador responsável para os 4 dias do evento.	UN	1	R\$ 6.616,67	R\$ 26.466,68
5	TELÃO DE LED P4 PARA PALCO EXPOSIÇÃO - Locação, instalação e desmontagem de telão de led para palco exposição; medindo 3,0mt x 2,0mt, em formato chapado; com espaçamento entre os pixels, (pixel pitch) P4; sendo responsabilidade da contratada fornecer equipamentos para os 4 dias de evento (11/06 a 14/06). A contratada deverá disponibilizar técnico/operador responsável para os 4 dias do evento.	UN	1	R\$ 3.433,33	R\$ 13.733,12
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 243.506,48

LOTE 03 – GERADORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de 4 Geradores - Gerador trifásico de energia elétrica com capacidade mínima de 250 kva, com combustão a óleo diesel, bem como sua instalação, operação, manutenção e desinstalação, sendo 3 geradores em pleno funcionamento e 1 gerador em stand by. OBS. Cada gerador será locado por 4 dias da 58ª festa nacional da ponkan, sendo 11, 12, 13 e 14 de junho. OBS 2. Os geradores deverão estar abastecidos na sua instalação.	DIÁRIAS	16	R\$ 4.381,99	R\$ 70.111,84
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 70.111,84

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

4. DO VALOR CONTRATUAL MÁXIMO E CRITÉRIOS DE REAJUSTE

4.1. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos

4.1.1 Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R\$ 724.174,26 (setecentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

4.2 A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 3.3. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

4.3. Durante a vigência do Contrato, os valores serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação previstas no Art. 134 da Lei 14.133/2021.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”

5.1. O Município de Cerro Azul promove neste ano a 58ª Edição da Festa Nacional da Ponkan, que é realizada anualmente com intuito de valorizar o grande volume de produção agrícola de Cerro Azul.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná (SEAB) Cerro Azul é o maior produtor do fruto, liderando a produção.

A produção do fruto é crescente nos últimos anos, apenas em 2024 foram colhidas 77,6 mil toneladas em pomares que ocuparam 3,9 mil hectares, de acordo com dados do Valor Bruto de Produção (VBP):

Tal reconhecimento se deu tanto em 2018 com sanção da Lei Estadual nº 19.529 de 30 de maio de 2018, quanto no ano de 2023, cuja recebeu o título de Capital Nacional da Ponkan, através da Lei Federal nº 14.608 de 20 de junho de 2023.

O evento é composto por quatro dias de festa 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026, contando com diversas atrações artísticas, exposição de produtos agrícolas oriundos do Município, gastronomia local, praça de alimentação geral e comércio variado, buscando proporcionar momento de lazer e entretenimento aos munícipes da cidade em comemoração ao principal produto que fomenta e sustenta a economia municipal.

Importante destacar que o evento visa proporcionar atividades culturais e de lazer à população, de forma harmoniosa buscando o resgate das atividades do homem do campo na valorização das raízes, mesclando assim atividades culturais, artísticas, gastronômicas e da economia rural do município.

Além de celebrar a cultura, os festejos municipais representam uma importante fonte de fomento para a economia local. A presença de shows nacionais de renome atrai um grande número de visitantes, resultando em um aumento significativo nas atividades econômicas do município. O turismo gerado pelas festividades não apenas beneficia o setor hoteleiro e de alimentação, mas também estimula o comércio local, gerando empregos temporários e movimentando a economia como um todo.

A festa desempenha um papel fundamental na construção do orgulho e identidade regional. Ao destacar as tradições locais e manifestações culturais, esses eventos promovem o envolvimento e apoio dos munícipes, fortalecendo o senso de pertencimento à comunidade e contribuindo para a coesão social, em especial com a população dos municípios vizinhos.

Por essas razões, a realização de festas regionais é uma estratégia valiosa para o desenvolvimento local da cultura e do turismo. Elas podem ajudar a preservar e promover a cultura local, gerar renda, fortalecer a economia e promover a região como um destino turístico.

A festividade ainda tem amparo na lei municipal nº 08, de 02 de setembro de 2019, que institui a Festa da Laranja – Festa Nacional da Ponkan, a declara como patrimônio cultural e histórico do Município e inclui o festejo no Calendário Oficial de Eventos do Município de Cerro Azul. Apesar da presente lei ter sido publicada em 2019, a festa ocorre há mais de 50 anos.

A estrutura que abarca o evento é importante para manter a organização ordenada do espaço, promovendo a separação dos setores, que vai desde o palco e camarotes para os shows, estandes de produtos da agricultura e gastronomia local, exposição de frutos cítricos até a acomodação do público em geral, tudo isso de forma ordenada, evitando-se desorganização no evento.

6. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO.

6.1 A empresa vencedora de cada lote deverá, no prazo máximo de 1 dia útil após a homologação do resultado da licitação e assinatura do contrato de prestação de serviços, indicar formalmente à Comissão de elaboração e execução da 58ª Festa da Laranja e 30ª Exponkan (Decreto nº 086/2026), um contato responsável pela organização do evento referente ao(s) lote(s) em que foi vencedora.

6.2 A empresa vencedora de cada lote deverá participar de uma reunião presencial com a Comissão de elaboração e execução da 58ª Festa da Laranja e 30ª Exponkan (Decreto nº 086/2026) em no máximo 2 (dois) dias úteis após a assinatura do respectivo contrato, com o objetivo de realizar a apresentação formal dos contatos indicados para a organização do evento, promover o alinhamento inicial sobre o planejamento e cronograma das atividades, discutir os procedimentos de comunicação e fluxo de trabalho entre as partes, e esclarecer dúvidas e demais aspectos relevantes para o início da execução dos serviços contratados. A data, horário e local da reunião serão definidos e comunicados pela Comissão de elaboração e execução da 58ª Festa da Laranja e 30ª Exponkan (Decreto nº 086/2026), à empresa vencedora, preferencialmente, no ato da assinatura do contrato ou em até 1 (um) dia útil subsequente. A não participação da empresa vencedora na reunião presencial inicial, sem justificativa prévia e aceita pela Comissão de elaboração e execução da 58ª Festa da Laranja e 30ª Exponkan (Decreto nº 086/2026), poderá acarretar as sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

6.3 **O serviço deverá ser prestado no Parque de Rodeios Municipal, de acordo com a programação da festividade, devendo a instalação dos equipamentos estar concluída no dia 08 de junho de 2026, para início da organização da exposição, praça de alimentação e demais áreas do evento.**

6.4 Todas as estruturas deverão ser instaladas, incluindo todo o material necessário, mão de obra, técnicos, deslocamento, montagem e desmontagem.

6.5 Não serão aceitas substituições, ou mudanças na instalação da estrutura que cause prejuízos ou não se adeque ao croqui da 58ª Festa Nacional da Ponkan;

6.6 Qualquer alteração nos itens solicitados neste Termo deverá ser previamente solicitada e deverá possuir a aceitação da Comissão de elaboração e execução da 58ª Festa da Laranja e 30ª Exponkan, nomeada pelo Decreto nº 086/2026;

6.7 Eventuais alterações e mudanças na estrutura do evento ou materiais a serem utilizados deverão ser sem comunicação e aceitação da Comissão de elaboração e execução da 58ª Festa da Laranja e 30ª Exponkan, deverá ser corrigida para que esteja em conformidade com o solicitado em edital;

6.8 Caso a empresa não atenda o que está solicitado em edital;

6.9 A empresa deverá fornecer os geradores abastecidos, sendo que eventuais reabastecimentos adicionais serão de responsabilidade do município;

6.10 O não atendimento às especificações do edital sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

6.11 **Primeiramente deve-se destacar que toda a montagem deverá ocorrer até o dia 08/06/2026 até as 18:00 hrs pelas empresas contratadas, sendo que no dia 10/06/2026 não será permitido qualquer tipo de montagem. Todas as empresas ganhadoras terão previamente acesso ao croqui do evento, indicando os locais de instalação dos respectivos itens.**

6.12 8.A instalação da parte elétrica será realizada pela prefeitura de Cerro Azul, através da Secretaria de Urbanismo, onde deverá estar pronto até 18:00 horas do dia 08/06/2026.

6.13 No dia 11/06/2026, na parte da manhã, haverá a vistoria do corpo de bombeiros, onde atendidas as normas, haverá a liberação do local.

7. PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO

7.1. A vigência do contrato será de 2 (meses) meses, podendo ser renovada por igual período caso necessário.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6º, XXIII, ALÍNEA “C”

8.1. A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, instalação, manutenção operacional e desmontagem de infraestrutura completa para eventos. O escopo abrange o fornecimento de estruturas físicas, sistemas de sonorização e iluminação de grande porte, painéis de LED e suporte energético por geradores, destinados à viabilização da 58ª Edição da Festa Nacional da Ponkan, no Município de Cerro Azul/PR.

8.2. A solução é composta por um conjunto integrado de três eixos fundamentais, conforme detalhado no Termo de Referência:

a) Eixo de Infraestrutura e Logística (Lote 01):

Compreende a disponibilização de pavilhões cobertos (20x40m), tendas piramidais de diversos portes, camarins com climatização e mobiliário (mesas bistrô e puffs), além de módulos de camarotes em três patamares com fechamento estético e guarda-corpo. Inclui também a infraestrutura de segurança (gradis e fechamentos metálicos).

b) Eixo Tecnológico e Artístico (Lote 02):

Envolve a locação de sistemas de sonorização e iluminação de grande porte, especificamente configurados para atender aos Riders Técnicos de artistas de nível nacional. A solução contempla painéis de LED P4 para os palcos principal e de exposição, além da presença obrigatória de técnicos e operadores especializados durante os quatro dias de evento.

c) Eixo de Autonomia Energética (Lote 03):

Garantia de fornecimento ininterrupto de energia através de quatro geradores de 250 kVA (sendo três operantes e um em standby), entregues devidamente abastecidos para suportar toda a carga demandada pela estrutura.

8.4. A solução busca proporcionar um ambiente seguro e estruturado para a valorização da produção agrícola local e o entretenimento dos munícipes. A estratégia de agrupar itens correlatos em lotes visa garantir a compatibilidade técnica (especialmente entre o palco, som e luz) e a eficiência operacional, concentrando a responsabilidade pela montagem e ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) em empresas com expertise comprovada. Dessa forma, a Administração Municipal assegura que a montagem esteja concluída até o dia 08 de junho de 2026, permitindo a organização prévia das exposições e garantindo que o evento ocorra sem atrasos ou falhas de infraestrutura que possam comprometer a segurança do público ou a qualidade das apresentações artísticas.

9. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6º, XXIII, ALÍNEA “D”

9.1. Além da documentação de habilitação já exigida no edital, a empresa vencedora deverá obter os seguintes critérios:

- a) **Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, além da contratada orientar seus colaboradores acerca de bias práticas ambientais, como uso racional da água e cuidado com lixo produzido.
 - b) **HABILITAÇÃO JURÍDICA** – Descrita em Edital.
 - c) **HABILITAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA e SOCIAL (devem estar dentro do prazo de validade)** - Descrita em Edital.
 - d) **OUTROS DOCUMENTOS DE CAPACIDADE TÉCNICA** - Descrita em Edital.
- 9.2. Deverá possuir Engenheiro Responsável e emissão de ART de toda estrutura locada.

10. CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O serviço deverá ser prestado de acordo com a programação da festividade, devendo a instalação dos equipamentos estar concluída no dia **08 de junho de 2026**, para início da organização da exposição, praça de alimentação e demais áreas do evento.

10.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, verificando o cumprimento das exigências de caráter técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4. O recebimento definitivo ocorrerá, no prazo de 1 (um) dia, por servidor ou fiscal de contrato designado por autoridade competente, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.10. As entregas/ execução dos serviços deverá ser realizada no local determinado para realização do evento, conforme solicitação de cada secretaria, a ser informado na ordem de compra.

10.11. Caso não seja possível a entrega/execução do objeto na data assinalada, a empresa deverá comunicar formalmente ao fiscal de contrato, as razões respectivas com pelo menos (02) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.12. O serviço deverá ser prestado Parque de Rodeios Municipal, de acordo com a programação da festividade, devendo a instalação dos equipamentos estar concluída no dia 08 de junho de 2026, para início da organização da exposição, praça de alimentação e demais áreas do evento.

10.13. Todas as estruturas deverão ser instaladas, incluindo todo o material necessário, mão de obra, técnicos, deslocamento, montagem e desmontagem.

10.14. Os serviços referentes a cada lote, deverão ser prestados de acordo com o os respectivos anexos, tais como, **CROQUI DO ESPAÇO e RIDER TÉCNICO dos cantores: JOÃO NELORE & TEXANO e GEORGE HENRIQUE & RODRIGO.**

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6º, § XXIII, ALÍNEA “G.”

11.1 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

11.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista em validade para o pagamento.

11.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Despesa	Órgão/ Unidade	Elemento de despesa	Fonte
Governo	230	02.000.13.392.2.054	3.3.90.39.00.00.00.00	0000

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS E VALOR MÁXIMO

13.1. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

- 13.2. Não serão liberadas recomposições **decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.
- 13.3. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 13.4. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 124 , II, “d” da Lei 14.133/21.
- 13.5. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

14. PRAZO DE ENTREGA

- 14.1. O serviço deverá ser prestado de acordo com a programação da festividade, devendo a instalação dos equipamentos estar concluída no dia **08 de junho de 2026**, para início da organização da exposição, praça de alimentação e demais áreas do evento.

15. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL:

- 15.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 15.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital, da proposta e do contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 15.1.4. Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 15.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através do fiscal do contrato ou de servidores especialmente designados;
- 15.1.6. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital, seus anexos e no contrato;
- 15.1.7. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;
- 15.1.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 15.1.9. Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

15.1.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

15.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

15.1.12. Constituem, ainda, obrigações da Contratante:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, quando relacionado à execução do contrato.
- b) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas por parte daquela;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo e forma estabelecidos em contrato;
- d) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- f) Rejeitar, ainda, qualquer nota fiscal que esteja em desacordo com o previsto neste termo de referência e no instrumento contratual.

15.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

15.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, bem como do contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

15.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/90);

15.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

15.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.2.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

15.2.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.2.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no SICAF, conforme legislação vigente e disponibilidade dos sistemas;

15.2.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 15.2.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;
- 15.2.10. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 15.2.11. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 15.2.12. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133/21;
- 15.2.13. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:
- 15.2.14. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- 15.2.15. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 15.2.16. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 15.2.17. Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 15.2.18. Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.
- 15.2.19. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.
- 15.2.20. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a refazer aquele que apresentar falhas ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- 15.2.21. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital, o fornecedor deverá refazer os serviços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
- 15.2.22. Apresentar cópia da ART/RRT recolhida, em até 03 dias antes da execução do evento.
- 15.2.23. Constituem ainda, obrigações da Contratada:
- a) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos pela Comissão de Elaboração e Execução neste Termo de Referência;

- b) Atender todos os requisitos dispostos na Proposta de Preço e neste Termo de Referência, principalmente quanto a especificação dos equipamentos;
- c) Apresentar engenheiro responsável pelas estruturas e ARTs de todo material fornecido;
- d) Realizar entrega e a instalação dos equipamentos no endereço especificado para execução do evento, conforme layout apresentado e realizar a desinstalação dos equipamentos, após a conclusão do evento, até o prazo máximo de 12/06/2023;
- e) A Contratada deverá iniciar e concluir a instalação sob a coordenação e acompanhamento do Fiscal de Montagem designado.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - I. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - II. Moratória de 1 % (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

III. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 17.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

IV. Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 17.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

V. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 17.1, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

VI. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 17.1, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

VII. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 17.1, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

15.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3.1. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Órgão Gerenciador;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.7. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.10. Os débitos do fornecedor para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.

17. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “Prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

- f) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital;
- g) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- h) Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

18. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6º, XXIII, ALÍNEA “F”

18.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7º da Lei Federal Nº 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

18.2. CONSTITUEM ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO:

- 18.2.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 18.2.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 18.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 18.2.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 18.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 18.2.6. Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 30 (trinta) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 18.2.7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 18.2.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

18.3. CONSTITUEM ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO:

18.3.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

18.3.2. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

18.3.3. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

18.3.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações

18.3.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

18.3.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

18.4. Fica designado como gestor deste contrato:

18.4.1 Sr. João Roberto Lins – CPF: 035.221.889-42; Secretário Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recurso e Desenvolvimento Econômico.

18.5. Ficam designados como fiscais deste Contrato:

18.5.1. Sr. Igor Marcel Filus – CPF: 035.221.889-42 – Arquiteto e Urbanista;

18.5.2. Sr. Dionathan Miranda Pruni – CPF: 046.407.780-07 - Arquiteto e Urbanista;

18.5.3. Sra. Maria Cecilia Fernandes – CPF: 061.231.949-09 – Diretora de Planejamento e Captação de Recursos;

18.5.4. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

18.5.5. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

18.5.6. As decisões que ultrapassem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

18.5.7. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

18.5.8. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

Cerro Azul, 07 de maio de 2026.

Bruno Henrique Lovato

Secretário Municipal de Governo

Presidente da Comissão

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO: 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 054/2026

OBJETO: Contratação de serviços de empresa especializada em: Locação de estruturas para eventos, estrutura de sonorização, de iluminação e painel de led, para a realização da 58ª Edição da Festa Nacional da Ponkan que ocorrerá nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026 no Município de Cerro Azul-PR.

DADOS DA PROPONENTE NOME:

RAZÃO SOCIAL:

Nº DO CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONES:

E-MAIL:

VALIDADE DA PROPOSTA____**(NÃO INFERIOR A 60) DIAS.**

LOTE XX – (DESCRIÇÃO DO LOTE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)

Proponho-me a executar o(s) objeto(s) constante(s) no ANEXO IV, obedecendo as quantidades e especificações constantes no edital em anexo.

1 - A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

2 - O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

3 - O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

4 - Informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

5 - Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

6 - Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital.

7 - Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

[Nome/Cargo/Assinatura do Responsável Legal e CPF] [Nome da Empresa]

[CNPJ]

Local e data.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

PREGÃO ELETRÔNICO: 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 054/2026

DECLARAMOS, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

DECLARAMOS, ainda, que a empresa está excluída nas vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

[Nome/Cargo/Assinatura do Responsável Legal]

[Nome da Empresa]

[CNPJ]

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

PREGÃO ELETRÔNICO: 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 054/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) DECLARAMOS que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.
- 2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;
- 4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;
- 5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;
- 6) DECLARAMOS que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.
- 8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, não são servidores do Município de Cerro Azul, nem cônjuge ou companheiro(a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação.
- 9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- 10) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____

..... e CPF nº, cuja função/cargo é..... (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

11) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

a. E-mail:

b. Telefone: ()

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone nos comprometemos em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos o senhor (a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Contrato**, referente ao **Pregão Eletrônico n.º 007/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Declaramos para fins de participação no **PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026**, e sob as penas da Lei, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 63º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

15) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

[Nome/Cargo/Assinatura do Responsável Legal]

[Nome da Empresa]

[CNPJ]

ANEXO V

DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. referentes a participações societárias;

1.3. informações inseridas em contratos sociais;

1.4. endereços físicos e eletrônicos;

1.5. estado civil;

1.6. eventuais informações sobre cônjuges;

1.7. relações de parentesco;

1.8. número de telefone;

1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Cerro Azul -PR, data.

Representante Legal

ANEXO VI - MINUTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO - Nº XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 76.105.626/0001-24, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, titular da Cédula de Identidade RG n.º. XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob n.º. XXXXXXXXXXXX.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXX/XX, , neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, acham-se justos e contratados, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.1.1 Contratação de serviços de empresa especializada em: Locação de estruturas para eventos; estrutura de sonorização, iluminação e painel de led; equipe de segurança e brigadistas para a realização da 57ª Edição da Festa Nacional da Ponkan que ocorrerá nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026 no Município de Cerro Azul-PR.

1.2 Detalhamento do objeto:

LOTE XX – (DESCRIÇÃO DO LOTE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)

1.3 Integram e completam o presente Instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

- a) Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 007/2026
- b) O Termo de Referência – Anexo I;
- c) A Proposta do Contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato será de 2 meses, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de

conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA: PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão às expensas da seguinte Dotação Orçamentária.

Secretaria	Despesa	Órgão/ Unidade	Elemento de despesa	Fonte
Governo	230	02.000.13.392.2.054	3.3.90.39.00.00.00.00	0000

CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 As obrigações das partes CONTRATANTE E CONTRATADA constam no Edital de Pregão Eletrônico Nº XX/XXX e do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - i. moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - ii. quando o contrato exigir garantia de execução contratual, moratória de 0,05% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - iii. compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21;

10.2 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.1.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

10.1.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3 Indenizações e multas.

10.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

11.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Cerro Azul, Estado do Paraná com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cerro Azul-PR, xx de xxxx de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
CNPJ Nº 76.105.626/0001-24
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ SOB Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome:

Assinatura:

2) Nome:

Assinatura:

ANEXO VII

CROQUI E PLANTAS

58ª FESTA DA PONKAN.

PLANTA DE RISCO, QUADRO DE ESTATÍSTICA
DETALHAMENTOS E IMPLANTAÇÃO
ESC: 1/300

LEGENDA

- DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
- SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
- ACESSO DE GUARNIÇÃO À EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO
- CB

ACESSO DE VIATURA À EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO
- RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO (GERADOR DE ENERGIA)

"A responsabilidade pelo controle de acesso ao recinto e da lotação, bem como em manter as saídas desimpedidas desobstruídas, e demais exigências constantes da NPT 012 é do responsável pela organização do evento"

PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO E A DESASTRE PARA INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA (PTPID-IOT)

IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO E/OU ÁREA DE RISCO					
Sector	Ocupação	CI (M ² /m ²)	Nº de Pavimentos	Pé direito (m)	Área
ALIMENTAÇÃO	CONSTRUÇÕES PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS	500	01	7,62	800,00 m ²
EXPOSIÇÃO	CONSTRUÇÕES PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS	500	01	7,62	800,00 m ²
CAMAROTE	CONSTRUÇÕES PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS	500	01	5,10	297,00 m ²
PALCO	CONSTRUÇÕES PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS	500	01	9,00	168,00 m ²
CAMARINS	CONSTRUÇÕES PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS	500	01	3,00	125,00 m ²
QUIÓSCUE BEBIDA	CONSTRUÇÕES PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS	500	01	3,50	25,00 m ²
QUIÓSCUE ATEND. SAÚDE	CONSTRUÇÕES PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS	500	01	3,30	25,00 m ²
QUIÓSCUES CAMELÔS	CONSTRUÇÕES PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS	500	01	3,30	234,00 m ²
Altura	Térreo	Risco	RA	Área existente	Área Total (2.474,00m ²)

MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	
<input checked="" type="checkbox"/> Acesso de viaturas do Corpo de Bombeiros	<input checked="" type="checkbox"/> Iluminação de emergência
<input checked="" type="checkbox"/> Separação entre edificações	<input checked="" type="checkbox"/> Alarme de Detecção de incêndio
<input checked="" type="checkbox"/> Segurança estrutural nas edificações	<input checked="" type="checkbox"/> Sinalização de emergência
<input checked="" type="checkbox"/> Compartimentação horizontal / vertical	<input checked="" type="checkbox"/> Extintores de incêndio
<input checked="" type="checkbox"/> Controle de material de acabamento	<input checked="" type="checkbox"/> Hidrantes e mangotinhos
<input checked="" type="checkbox"/> Saídas de emergência	<input checked="" type="checkbox"/> Chuveiros automáticos
<input checked="" type="checkbox"/> Elevador de emergência	<input checked="" type="checkbox"/> Resfriamento
<input checked="" type="checkbox"/> Plano de emergência	<input checked="" type="checkbox"/> Espuma
<input checked="" type="checkbox"/> Brigada de incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> Sistema de Proteção de Descarga Atmosférica
Inferior (0,00)	Superior (0,00)
RTI (0,00)	SPK (0,00)

HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO DO PSCIP		
Data	Discriminação da atualização / substituição	Nº PTPID-IOT

Obra / Endereço	58º FESTA DA LARANJA/FESTA NACIONAL DA PONKAN PARQUE DO RODEIO, RUA SANTA BÁRBARA, S/N, VILA MANGGER, CERRO AZUL - PR
-----------------	--

Área total instalações	2,474,00 M ²	Ocupação	Construções provisórias e eventos temporários F-7	PARA USO DO CBMPR
Prancha	01 / 03	Conteúdo da Prancha	PLANTA DE RISCO QUADRO DE ESTATÍSTICA IMPLANTAÇÃO	
Proprietário	PREFEITURA DE CERRO AZUL CNPJ: 76.105.626/0001-24			
Escala INDICADA	Responsável Técnico IGOR FILIUS - ARQUITETO CAU/PR A106169-0			Data 24/03/2026

FESTA DA LARANJA 2026

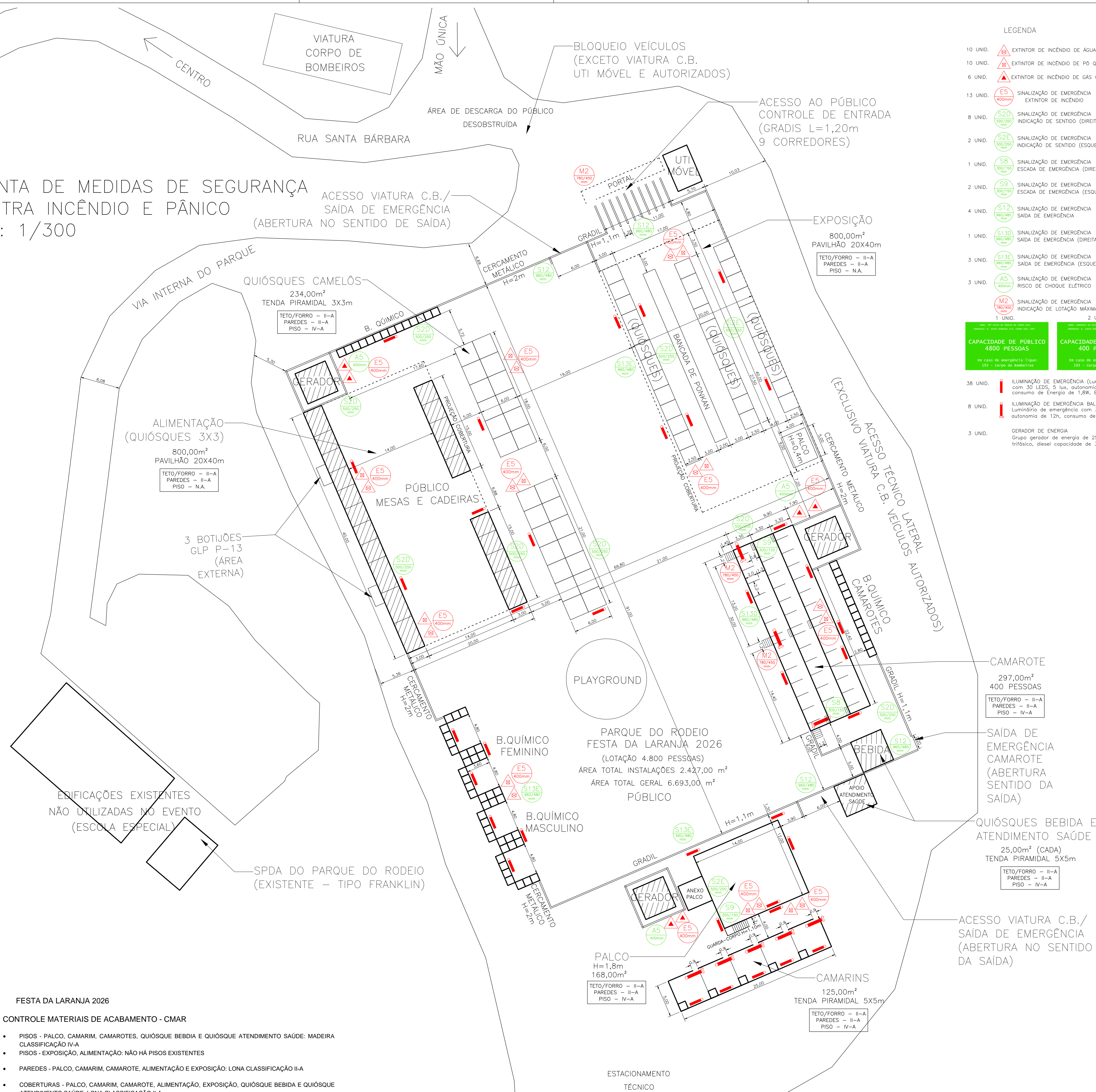
CONTROLE MATERIAIS DE ACABAMENTO - CMAR

- PISOS - PALCO, CAMARIM, CAMAROTES, QUIÓSCUE BEBIDA E QUIÓSCUE ATENDIMENTO SAÚDE: MADEIRA CLASSIFICAÇÃO IV-A

PISOS - EXPOSIÇÃO, ALIMENTAÇÃO: NÃO HÁ PISOS EXISTENTES
- PAREDES - PALCO, CAMARIM, CAMAROTE, ALIMENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO: LONA CLASSIFICAÇÃO II-A

COBERTURAS - PALCO, CAMARIM, CAMAROTE, ALIMENTAÇÃO, EXPOSIÇÃO, QUIÓSCUE BEBIDA E QUIÓSCUE ATENDIMENTO SAÚDE: LONA CLASSIFICAÇÃO II-A
- ESTRUTURAS - TODOS OS SETORES: METÁLICA CLASSIFICAÇÃO II-A

PLANTA DE MEDIDAS DE SEGURANÇA
CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO
ESC: 1/300



- LEGENDA
- 10 UNID. EXTINTOR DE INCÊNDIO DE ÁGUA PRESSURIZADA 2A (10L)
- 10 UNID. EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PÓ QUÍMICO 20BC (12KG)
- 6 UNID. EXTINTOR DE INCÊNDIO DE GÁS CARBÔNICO 5BC (10KG)
- 13 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA EXTINTOR DE INCÊNDIO
- 8 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA INDICAÇÃO DE SENTIDO (DIREITA)
- 2 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA INDICAÇÃO DE SENTIDO (ESQUERDA)
- 1 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA ESCADA DE EMERGÊNCIA (DIREITA)
- 2 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA ESCADA DE EMERGÊNCIA (ESQUERDA)
- 4 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA SAÍDA DE EMERGÊNCIA
- 1 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA SAÍDA DE EMERGÊNCIA (DIREITA)
- 3 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA SAÍDA DE EMERGÊNCIA (ESQUERDA)
- 3 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO
- 1 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA INDICAÇÃO DE LOTAÇÃO MÁXIMA
- 2 UNID. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA INDICAÇÃO DE LOTAÇÃO MÁXIMA
- 38 UNID. ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (Luminária de emergência com 30 LEDs, 5 lux, autonomia de 12h, consumo de Energia de 1,8W, Bivolt)
- 8 UNID. ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA BALIZAMENTO Luminária de emergência com 30 LEDs, 5 lux, autonomia de 12h, consumo de Energia de 1,8W, Bivolt)
- 3 UNID. GERADOR DE ENERGIA Grupo gerador de energia de 250 KVA, modelo DPS-250F, trifásico, diesel capacidade de 350L, dim: 3,40x1,25m (n=1,98m)

CAPACIDADE DE PÚBLICO 4800 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

CAPACIDADE DE PÚBLICO 400 PESSOAS

Em caso de emergência tipo: 193 - Corpo de Bombeiros

- NOTAS:
- As edificações existentes (permanentes) indicadas no projeto não serão utilizadas no evento;
 - Não haverá instalação de parque de diversões, nem a utilização de baterias de fogos de artifício pirotécnicos no evento;
 - Deverão ser apresentadas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes as estruturas provisórias (palcos, arquibancadas, tendas, camarotes, estruturas suspensas e outros), instalações elétricas (iluminação, sonorização, grupo motorizador, SPDA e outros) e equipamentos;
 - Deve-se garantir um nível mínimo de iluminação de 3 (três) lux em locais planos (corredores, halls, áreas de refúgio) e 5 (cinco) lux em locais com desnível (escadas ou passagens com obstáculos);
 - A sinalização de portas de saída de emergência deve ser localizada imediatamente acima das portas, no máximo a 0,1 m da verga, ou diretamente na folha da porta, centralizada a uma altura de 1,8 m medida do piso acabado à base da sinalização;
 - A sinalização apropriada de equipamentos de combate a incêndio deve estar a uma altura de 1,8 m, medida do piso acabado à base da sinalização, e imediatamente acima do equipamento sinalizado;
 - O responsável técnico ou o organizador pelo evento deverá garantir a segurança dos espectadores durante todo o evento, devendo acompanhar toda a realização do evento;
 - Quando houver controle de público, deverá garantir e manter controle sobre a quantidade de público no local do evento, respeitando o limite máximo estabelecido;
 - Nos eventos realizados em locais delimitados por barreiras deverão ser instalados mecanismos de controle de acesso de público, de forma a se garantir a lotação prevista em projeto;
 - É vedada a realização de eventos com acesso franco em locais delimitados por barreiras sem o devido controle de acesso e lotação máxima;
 - A entrada das pessoas no evento, quando houver delimitação do local, deve ser organizada por meio de filas, com utilização de barreiras e emprego de pessoas responsáveis pelo controle do público;
 - Para evitar aglomeração excessiva de pessoas na entrada do evento, as entradas devem ser dimensionadas para permitir o acesso de todo o público previsto em um tempo máximo de 1 hora, com a devida agilidade e atendimento aos procedimentos de segurança;
 - Os responsáveis pelo controle de entrada de público devem estar aptos a informar aos responsáveis pela segurança do evento quanto ao número de pessoas no interior do mesmo, além de garantir que não seja permitida a entrada de público acima do limite estipulado para a área, de forma a evitar alocação de público em locais ou setores com a capacidade máxima já atingida;
 - Nas estruturas provisórias (desmontáveis) poderá ser aceito piso em madeira, desde que possua resistência mecânica compatível, característica antiderrapante, seja fixado de forma que não permita sua remoção sem o auxílio de ferramentas ou que permitam desprendimento das partes, bem como mantenham a superfície plana, sem ressaltos ou aberturas. Se montados por intermédio de placas, estas devem ser afixadas de forma a permanecerem alinhadas em um mesmo plano;
 - Os elementos estruturais deverão apresentar resistência mecânica compatível com as ações e solicitações a que estão sujeitos, levando-se em consideração a resistência e comportamento do solo que receberá as cargas, prevendo-se inclusive as ações das intempéries, especialmente do vento. Atenção especial deve ser dada às estruturas provisórias que possuam fechamento lateral, devido ao acréscimo na carga horizontal gerado pelo vento;
 - Os elementos de suporte estrutural das tendas ou outras coberturas flexíveis deverão possuir características de resistência ao fogo, de forma a garantir a necessária eficiência na evacuação do público;
 - É vedada a utilização e armazenamento de produtos inflamáveis e fogos de artifício no interior das tendas;
 - A utilização de GLP para cocção de alimentos deve ser feita fora das tendas destinadas ao público;
 - Em caso de utilização de GLP, em barracas poderá ter até no máximo 2 (dois) botijões instalados no interior desde que separadas entre si por uma distância mínima de 3 (três) metros ou fazer uso de central de GLP;
 - O material utilizado na cobertura, paredes, carpetes e materiais decorativos utilizados internamente deverão possuir característica retardante de propagação de chamas, comprovadas através de emissão ART de profissional qualificado;
 - Todo evento realizado em recintos fechados no interior de edificações permanentes e provisórias cobertas, com área igual ou menor que 100 m², deve possuir sistema de iluminação de emergência convencional e locais superior a 100m² deve possuir sistema tipo holofote, que garanta nível de mínimo de iluminância suficiente para evacuação segura do público, observando a NPT 18;
 - A iluminação do ambiente dos eventos deverá ser mantida acessa até a saída total do público, devendo seu desligamento ser efetuado apenas após consulta aos responsáveis pela segurança do evento;
 - Para as construções provisórias cobertas, como camarotes, circos e tendas, com área superior a 100m², deve ser observado na íntegra a NPT-020;
 - As instalações elétricas devem atender aos requisitos previstos na NBR-5410. Deverá ser observada em locais de eventos temporários a NBR-13570 (Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos);
 - Os disjuntores não podem ser afixados sobre materiais combustíveis, devendo ser instalados em local adequado e fora do alcance do público;
 - Nos locais destinados aos espectadores e rotas de fuga todas as fiações e os circuitos elétricos deverão estar devidamente isolados e protegidos do público, conforme normas pertinentes;
 - As instalações elétricas não podem constituir obstáculos nas rotas de fuga;
 - Para eventos com público superior ou igual a 5.000 pessoas, é obrigatória a instalação de um grupo moto gerador de energia para a manutenção de todos os sistemas elétricos do evento, inclusive iluminação de emergência;
 - Nos eventos com previsão de concentração ou circulação diária igual ou superior a 2.000 pessoas será obrigatória a disponibilização de ambulância e equipe de atendimento conforme previsão na legislação e regulamentação do conselho profissional responsável pela atividade;
 - Deverá ser apresentado contrato de prestação de serviço de atendimento médico pré-hospitalar, incluindo ambulância, por empresa especializada, na solicitação da vistoria de liberação;
 - O Plano de Emergência deverá ser apresentado no ato da vistoria.

CÁLCULO DA BRIGADA DE INCÊNDIO

- Conforme NPT 017 - Versão 6 (dezembro de 2020), Item 6, População Prevista: 4.800 Pessoas. 01 Brigadista Orgânico/ 200 Pessoas. Número de Brigadistas: 4.800 + 30% = 6.240/200 = 32 Brigadistas orgânicos. Ou conforme item 6.2.1, decréscimo na proporção (32/5= 6,4= 7) possibilita equipe de 7 brigadistas profissionais. No ato da vistoria o Corpo de Bombeiros exigirá a apresentação dos seguintes documentos: a) Declaração de brigada de incêndio assinada pelo proprietário e/ou responsável legal da empresa e/ou edificação, a qual deverá constar a relação nominal de brigadistas; b) Certificados dos brigadistas da edificação, independente da época de formação. A declaração de brigada de incêndio deverá ser apresentada com data do ano vigente.

"A responsabilidade pelo controle de acesso ao recinto e da lotação, bem como em manter as saídas desimpedidas desobstruídas, e demais exigências constantes da NPT 012 é do responsável pela organização do evento"

PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO E A DESASTRE PARA INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA (PTPID-IOT)

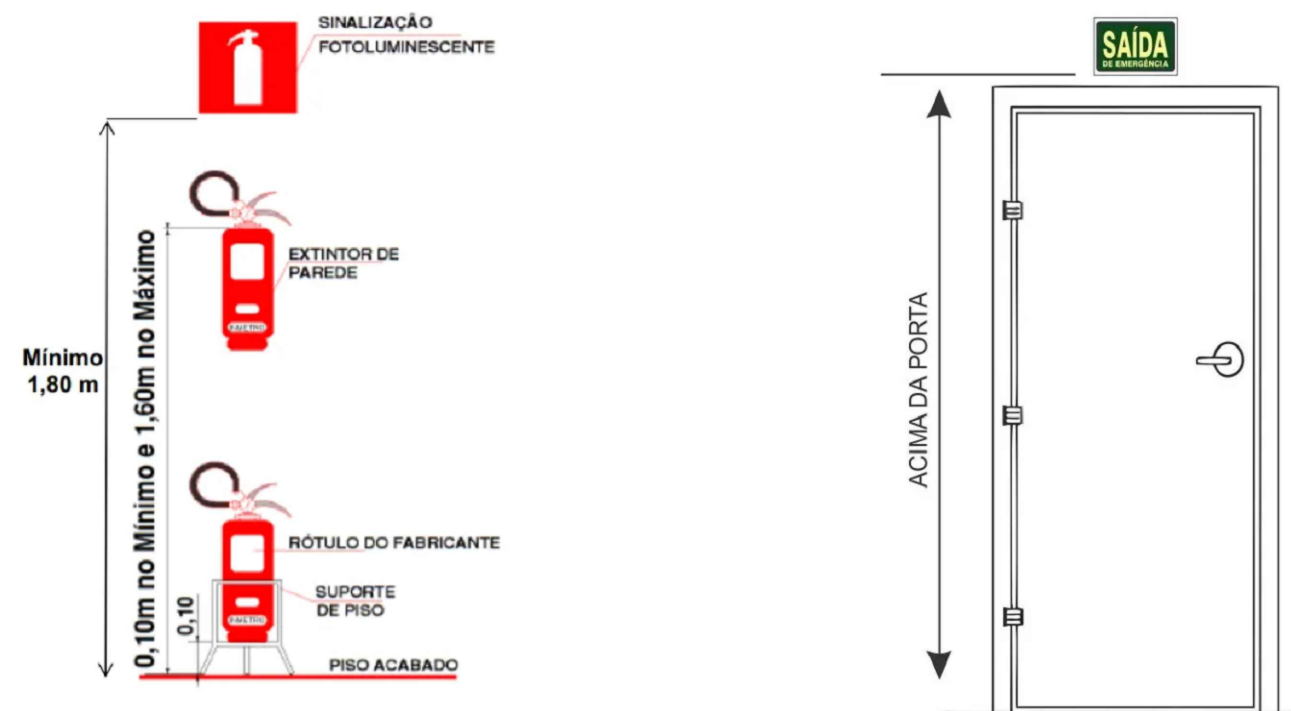
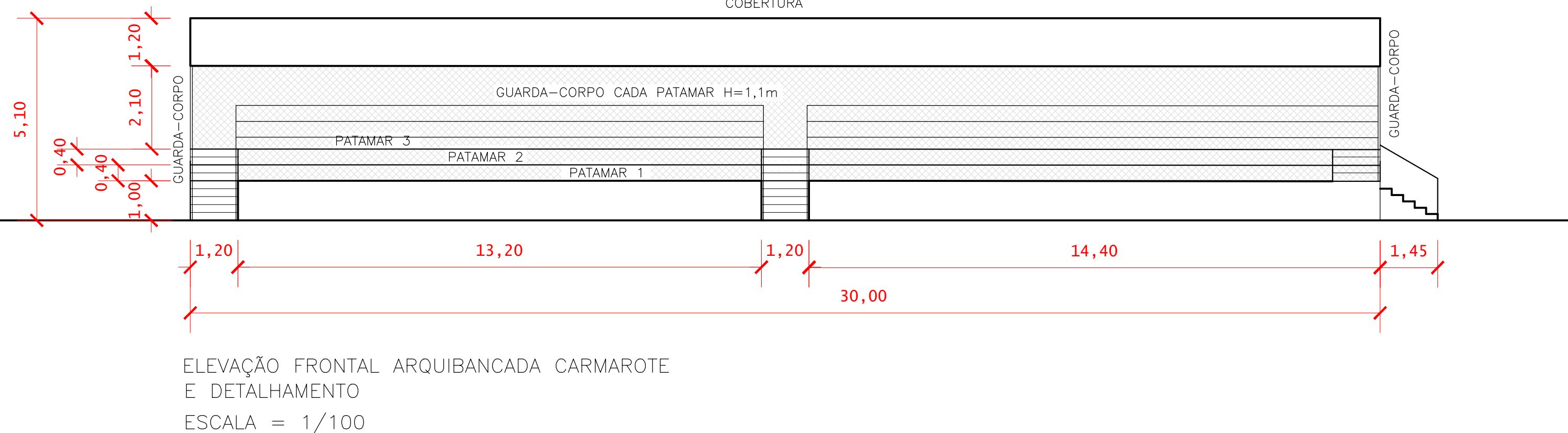
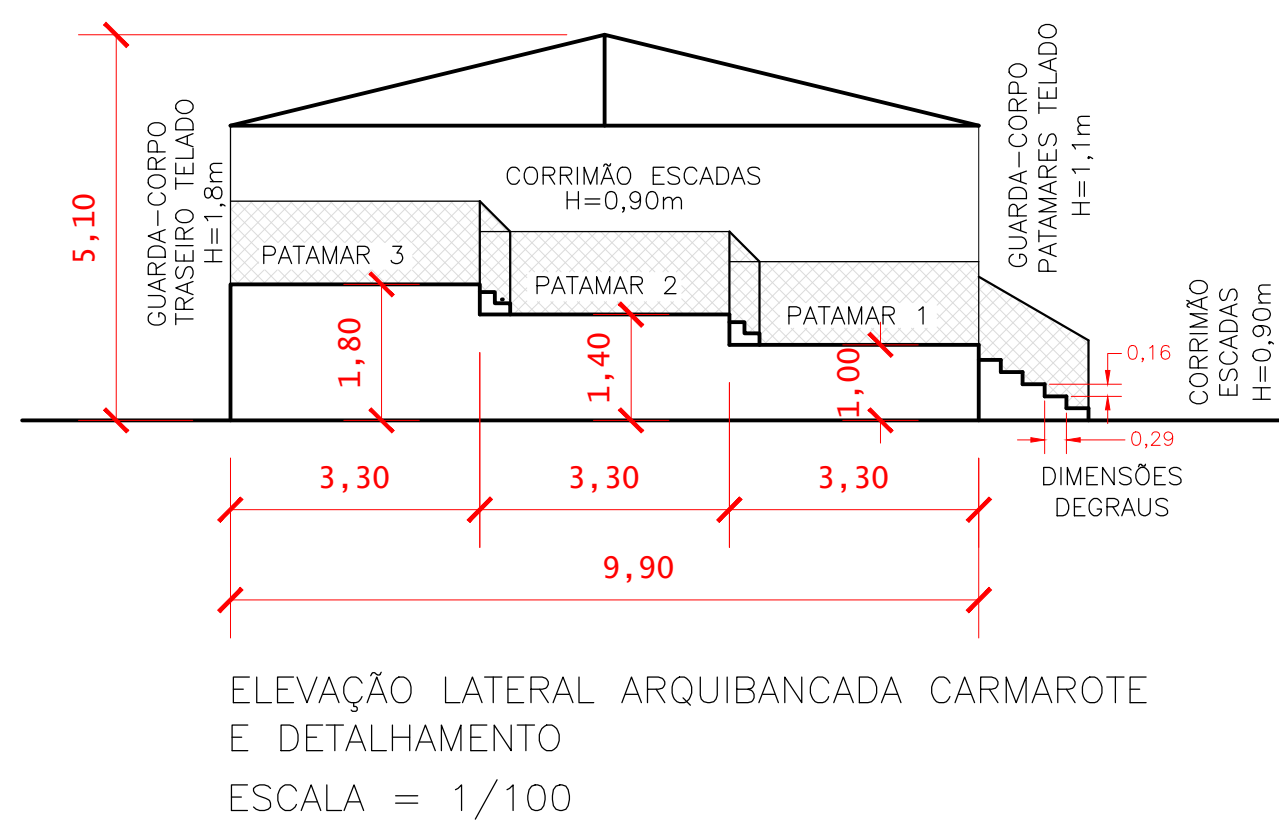
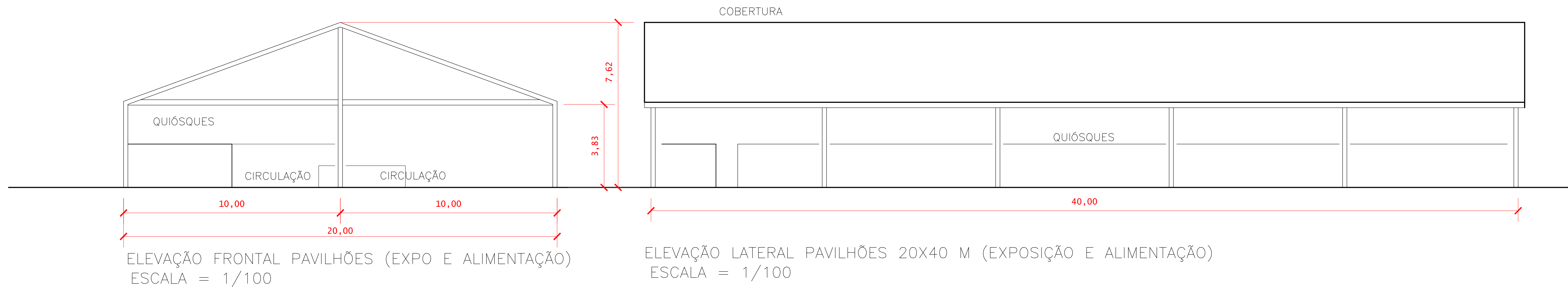
HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO DO PSCIP		
Data	Discriminação da atualização / substituição	Nº PTPID-IOT

Obra / Endereço	58ª FESTA DA LARANJA/FESTA NACIONAL DA PONKAN PARQUE DO RODEIO, RUA SANTA BÁRBARA, S/N, VILA MANGGER, CERRO AZUL - PR	
-----------------	--	--

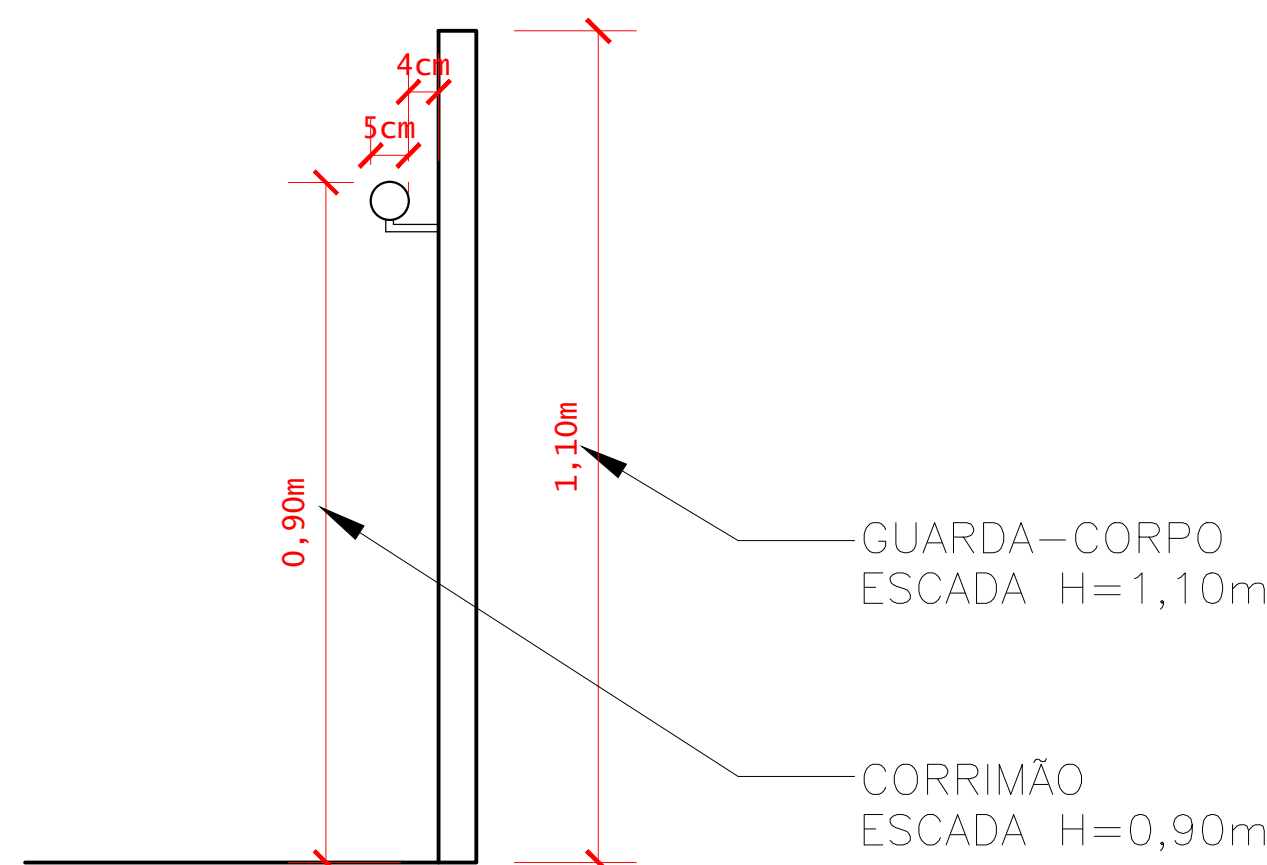
Área total instalações	2.474,00 M²	Ocupação	Construções provisórias e eventos temporários F-7	PARA USO DO CBMPR
------------------------	-------------	----------	---	-------------------

Prancha	02 / 03 PLANTA DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO		
Proprietário	PREFEITURA DE CERRO AZUL CNPJ: 76.105.626/0001-24		

Escala INDICADA	Responsável Técnico IGOR FILIUS - ARQUITETO CAU/PR A106169-0	Data	24/03/2026
-----------------	--	------	------------



DETALHES EXTINTORES E SINALIZAÇÕES
SEM ESCALA



DETALHES CORRIMÃO ESCADAS
ESCALA = 1/20

"A responsabilidade pelo controle de acesso ao recinto e da lotação, bem como em manter as saídas desimpedidas desobstruídas, e demais exigências constantes da NPT 012 é do responsável pela organização do evento"		
PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO E A DESASTRE PARA INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA (PTPID-IOT)		
HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO DO PSCIP		
Data	Discriminação da atualização / substituição	N° PTPID-IOT
Obra / Endereço 58ª FESTA DA LARANJA/FESTA NACIONAL DA PONKAN PARQUE DO RODEIO, RUA SANTA BÁRBARA, S/N, VILA MANGGER, CERRO AZUL - PR		
Área total instalações 2.474,00 M²	Ocupação Construções provisórias e eventos temporários F-7	PARA USO DO CBMPR
Prancha 03 / 03	Conteúdo da Prancha DETALHAMENTOS	
Proprietário PREFEITURA DE CERRO AZUL CNPJ: 76.105.626/0001-24		
Escala INDICADA	Responsável Técnico IGOR FILIUS - ARQUITETO CAU/PR A106169-0	Data 24/03/2026

ANEXO VIII

RIDER TÉCNICO dos cantores:
JOÃO NELORE & TEXANO e
GEORGE HENRIQUE & RODRIGO.
REFERENCIA PARA O LOTE 02.
58º FESTA DA PONKAN.

RIDER DE SOM & CANAIS DE INPUTS



<u>SEQ</u>	<u>CANAIS DE INPUTS</u>	<u>ACESSÓRIOS</u>	<u>FORNECIMENTO</u>
01	BUMBO	MIC ADEQUADO	SET DE MICROFONES ADEQUADO
02	CAIXA-I	"	FORNECIDO PELA LOCADORA
03	CAIXA-II (EFEITO)	"	PARA DRUMS
04	HI-HAT	"	"
05	TOM -I	"	"
06	TOM – II	"	"
07	TOM - III	"	"
08	SURDO - I	"	"
09	SURDO - II	"	"
10	OVER - R	"	"
11	OVER - L	"	"
12	BAIXO	DI	FORNECIDO PELA LOCADORA
13	GUIARRA	DI	FORNECIDO PELA LOCADORA
14	VIOLÃO BANDA	DI	FORNECIDO PELA LOCADORA
15	VIOLÃO DUPLA	TRANSMISSOR PRÓPIO	FORNECIDO PELA PRODUÇÃO
16	ACORDEON	DI	FORNECIDO PELA LOCADORA
17	VS - CLICK		
18	VS - GPS		
19	VS - PERCUSSÃO		
20	VS – PERCUSSÃO		
21	VS – ARMONIA		
22	VS – ARMONIA		
23	VS – EFEITOS		
24	VS – EFEITOS		
25	COMUNICAÇÃO BAND	MIC COM FIO/CHAVE	FORNECIDO PELA LOCADORA
26	COMUNICAÇÃO DUPL	MIC COM FIO	FORNECIDO PELA LOCADORA
27	VIÓLA DUPLA	TRANSMISSOR PRÓPIO	FORNECIDO PELA PRODUÇÃO
28	VOZ JOÃO NELORE	MIC SEM FIO	FORNECIDO PELA PRODUÇÃO
29	VOZ TEXANO	MIC SEM FIO	FORNECIDO PELA PRODUÇÃO
30	STBY PARA LOCUÇÃO	MIC SEM FIO	FORNECIDO PELA LOCADORA
31	DJ		
32	DJ		
***	CABOS DE FONES	POWER PLAY MULTICABO	DE VS – FORNECIDO PELA PRODUÇÃO
	AC NA BATERIA	AC GUITARRA	AC TELEPROMPTER

		<u>VIAS AUXILIARES</u>	TODO SISTEMA DE MONITORAMENTO INDIVIDUAL SERÁ FORNECIDO PELA NOSSA PRODUÇÃO.
01	JOÃO NELORE	IN EAR – PRÓPRIO	
02	TEXANO	IN EAR – PRÓPRIO	
03	DRUNS	FONES	
04	BAIXO	FONES	CUBO DE BAIXO
05	GUIARRA	FONES	CUBO DE GUIARRA
06	ACORDEON	FONES	
07	SPOT - L	MONITOR	
08	SPOT - R	MONITOR	
09	SIDE DRUNS	CX SUB	

OBS: USAREMOS NOSSA BATERIA, (DRUMS)

Consoles digitais aceitos: 32 canais M32, X32, LS9/32, M7, PM5D, VENUE.

No caso da console for Soundcraft, somente VI Séries (3000 – 6000)
Não aceitamos consoles analógicos e 01v96.

P. A. Compatível com o local do evento.

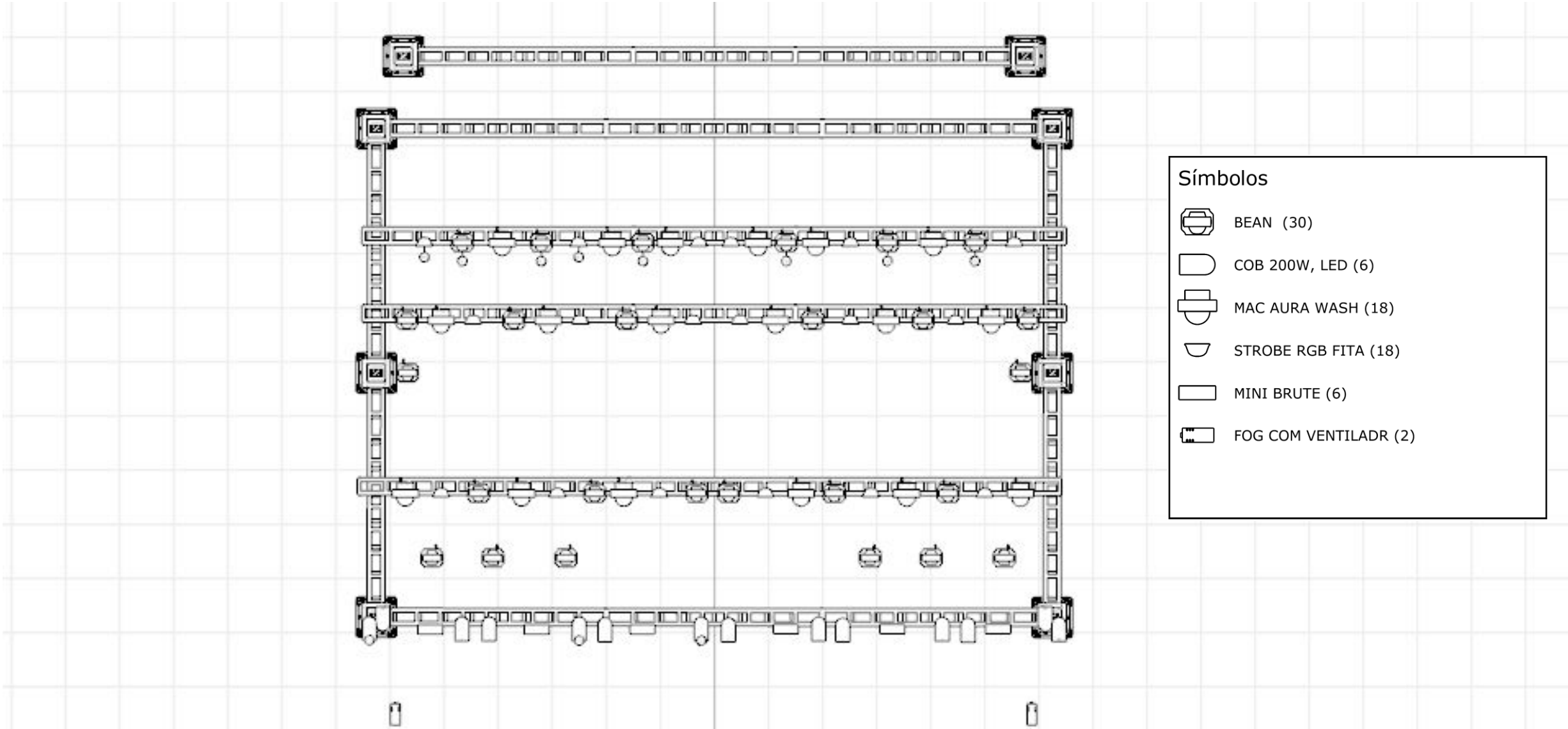
Qualquer dúvida entrar em contato com a produção

= Produção Técnica – Reginaldo – 43 99967-6773

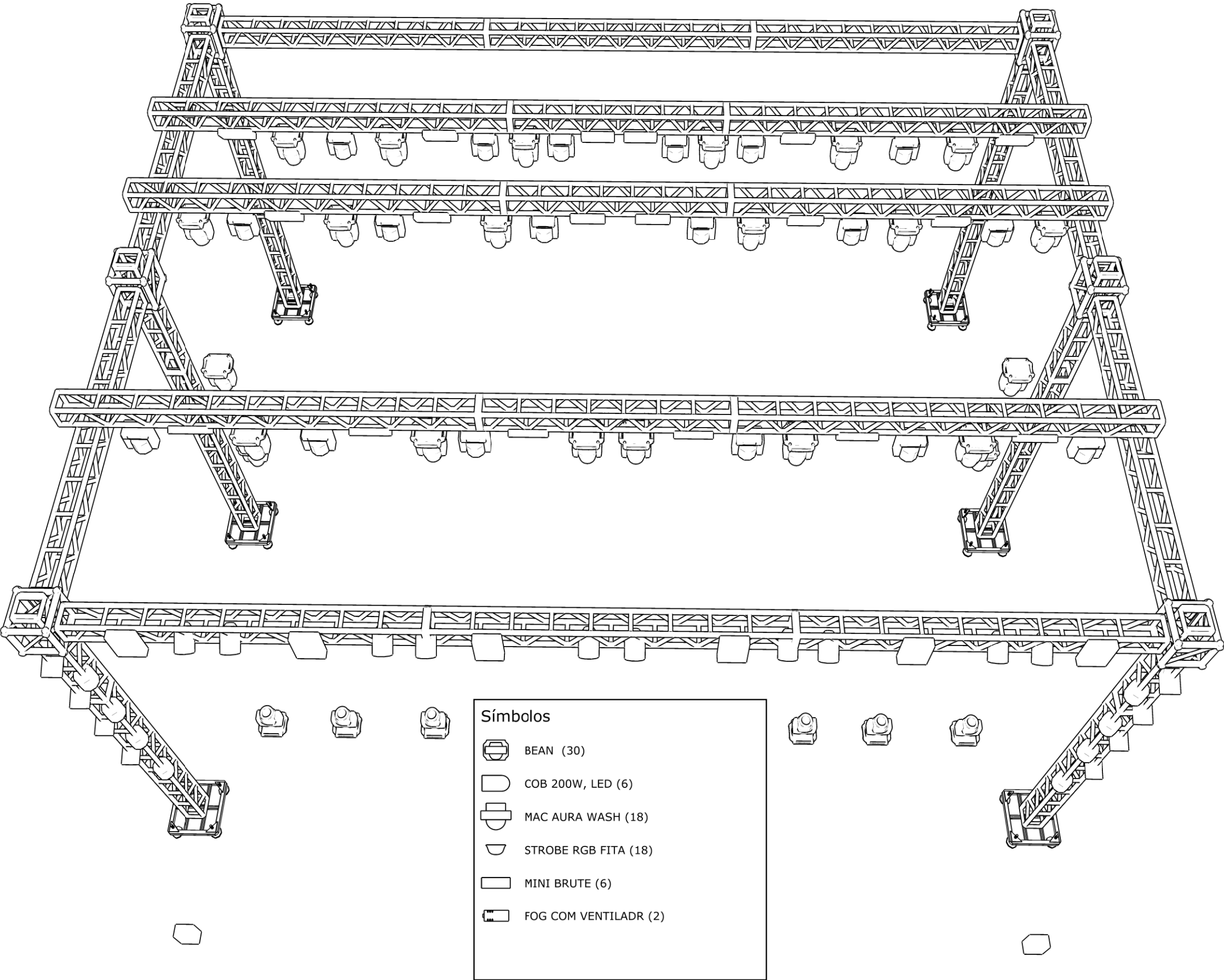
PEDE-SE, GENTILMENTE, QUE A EMPRESA RESPONSÁVEL POR ATENDER O SHOW DISPONIBILIZE: 4 PEDESTAIS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO / FUNCIONAMENTO, RÉGUAS DE AC 127 ou 220, COM NO MÍNIMO 5 METROS DE COMPRIMENTO CADA. OBSERVAÇÃO: NECESSITAMOS DE CABEAMENTO PARA TODOS OS CANAIS DO INPUT, BEM COMO OS MICROFONES SOLICITADOS E SUGERIDOS NO INPUT BEM COM 02 KITS DE PRATICAVEIS PARA BATERIA LADO ESQUERDO E GUITARRA LADO DIREITO.



1 GOL SEPARADO NO FUNDO PARA O PAINEL DE LED



Projeto		JOAO NELORE E TEXANO 2025	
Autor do Desenho		Versão	
BERGA		2025	
ILUMINADOR		TICO LIGHT (44) 99807 1391	
PRODUTOR GERAL		RAFAEL TORRES	
PRODUTOR TÉCNICO		RAFAEL FARINHA (14) 99839 1851	
MANTER O GRID A MEIA ALTURA ATE A CHEGA DA EQUIPE			
1- CONSOLE M.A LIGHT COMAND + FADER WYNG			
			
			

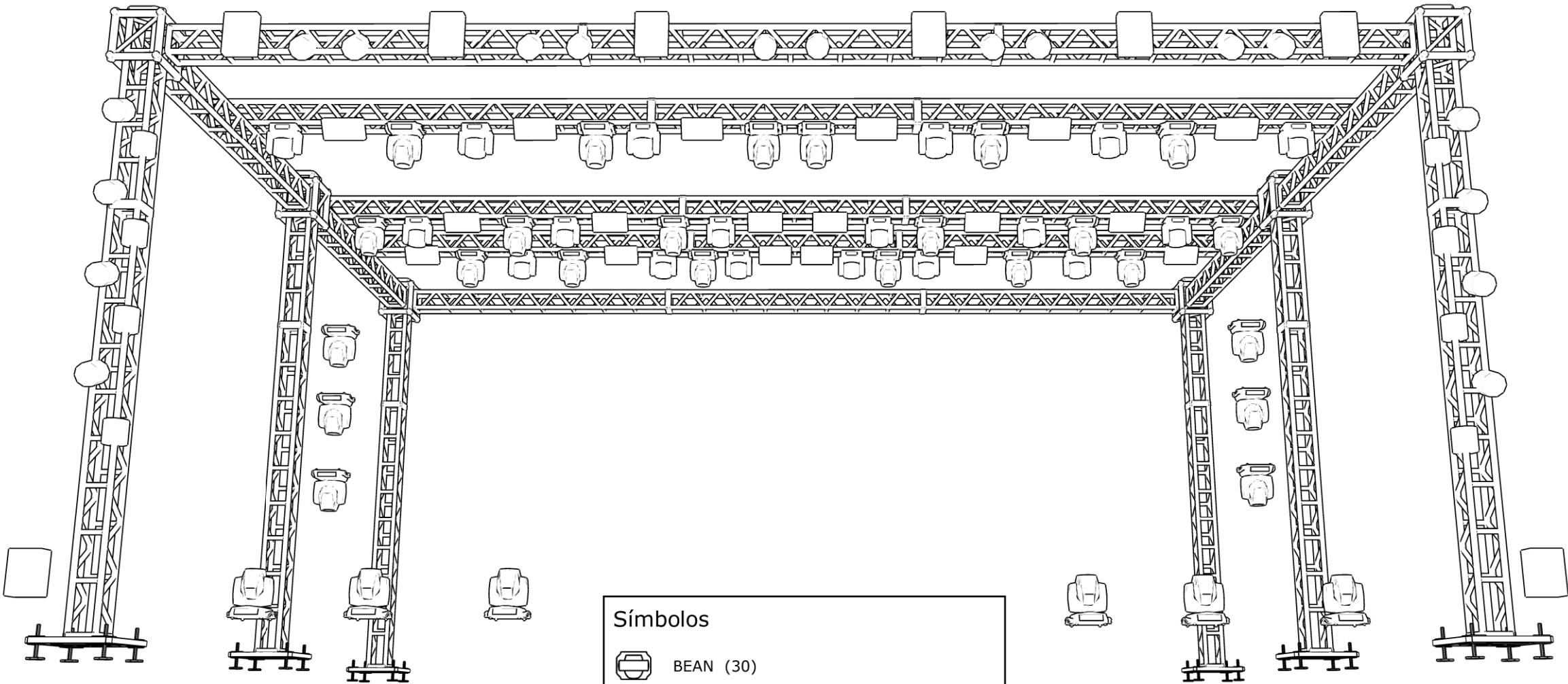


Projeto		JOAO NELORE E TEXANO 2025	
Autor do Desenho		Versão	
BERGA		2025	
ILUMINADOR			
TICO LIGHT (44) 99807 1391			
PRODUTOR GERAL			
RAFAEL TORRES			
PRODUTOR TÉCNICO			
RAFAEL FARINHA (14) 99839 1851			
MANTER O GRID A MEIA ALTURA			
ATE A CHEGA DA EQUIPE			
1- CONSOLE M.A LIGHT COMAND +			
FADER WYNG			





PÁG 3


1 GOL SEPARADO NO FUNDO PARA O PAINEL DE LED





Símbolos


 BEAN (30)

 COB 200W, LED (6)

 MAC AURA WASH (18)

 STROBE RGB FITA (18)

 MINI BRUTE (6)

 FOG COM VENTILADR (2)

Projeto

JOAO NELORE E TEXANO 2025

Autor do Desenho

BERGA

Versão

2025

ILUMINADOR

TICO LIGHT (44) 99807 1391

PRODUTOR GERAL

RAFAEL TORRES

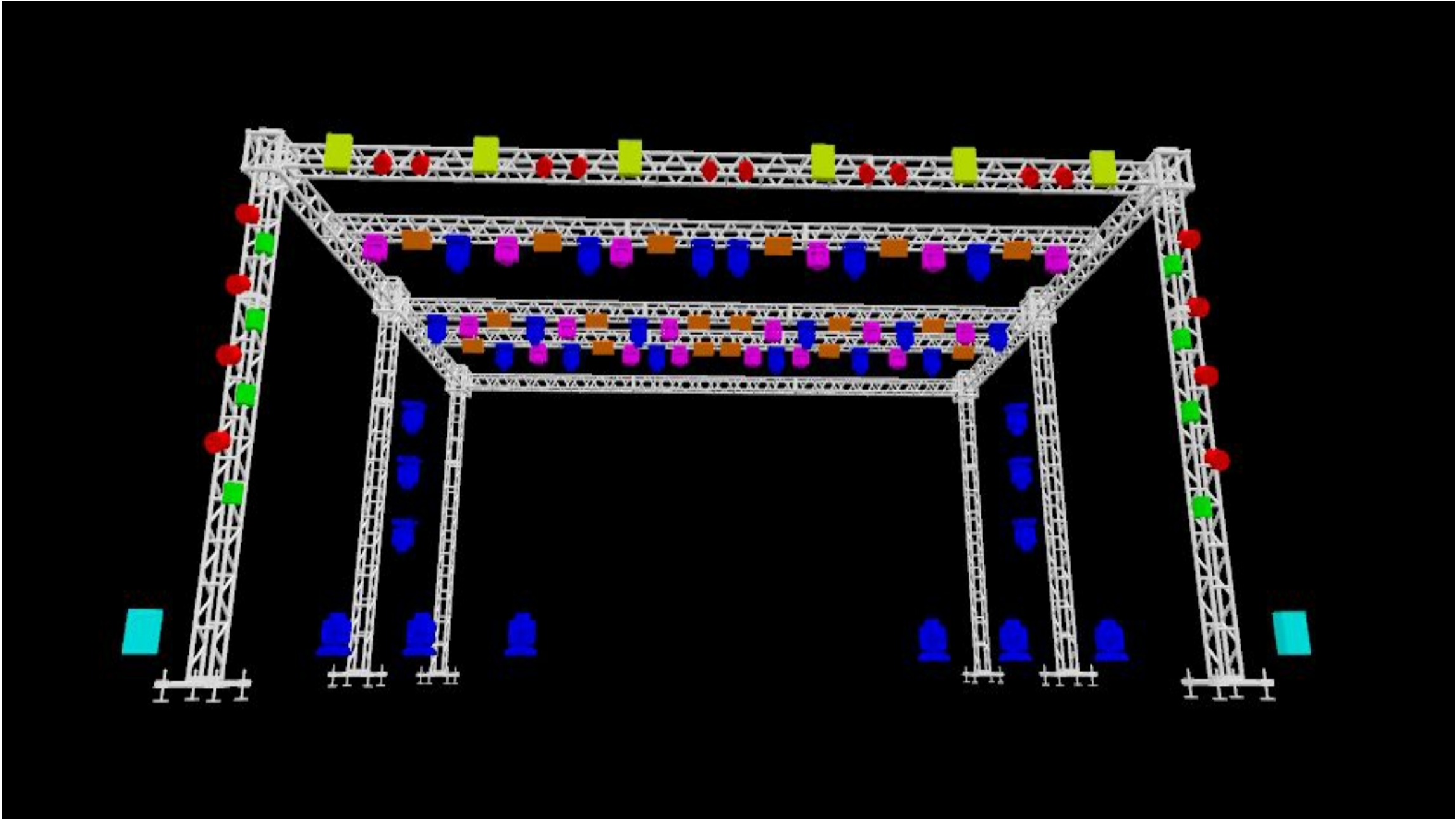
PRODUTOR TÉCNICO







RAFAEL FARINHA (14) 99839 1851

MANTER O GRID A MEIA ALTURA
ATE A CHEGA DA EQUIPE

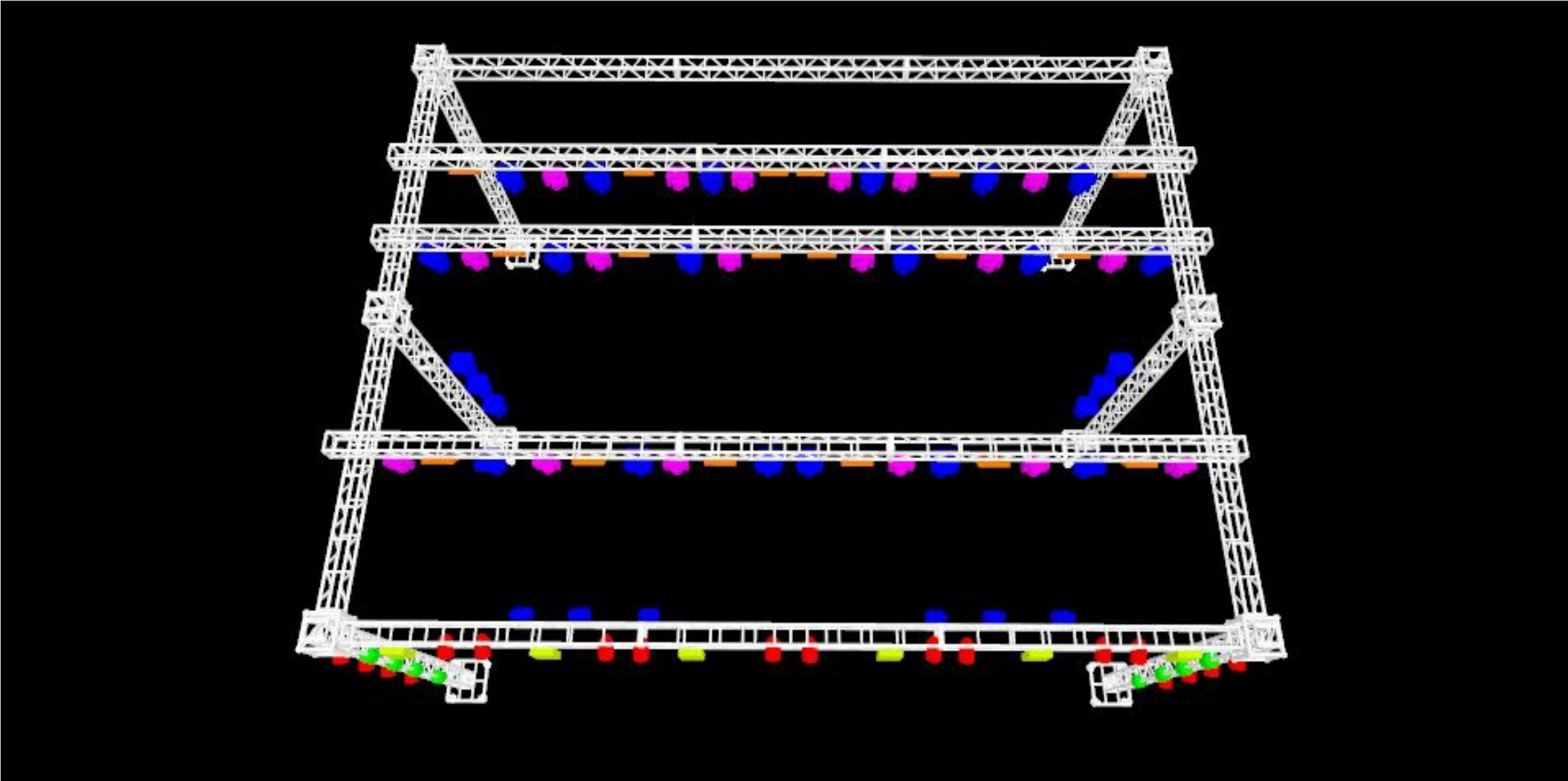
1- CONSOLE M.A LIGHT COMAND +
FADER WYNG





Símbolos	
	BEAN (30)
	COB 200W, LED (6)
	MAC AURA WASH (18)
	STROBE RGB FITA (18)
	MINI BRUTE (6)
	FOG COM VENTILADR (2)

Projeto	
JOAO NELORE E TEXANO 2025	
Autor do Desenho	Versão
BERGA	2025
ILUMINADOR	
TICO LIGHT (44) 99807 1391	
PRODUTOR GERAL	
RAFAEL TORRES	
PRODUTOR TÉCNICO	
RAFAEL FARINHA (14) 99839 1851	
MANTER O GRID A MEIA ALTURA ATE A CHEGA DA EQUIPE	
1- CONSOLE M.A LIGHT COMAND + FADER WYNG	
	
	



Símbolos

BEAN (30)

COB 200W, LED (6)

MAC AURA WASH (18)

STROBE RGB FITA (18)

MINI BRUTE (6)

FOG COM VENTILADR (2)

Projeto

JOAO NELORE E TEXANO 2025

Autor do Desenho

BERGA

Versão

2025

ILUMINADOR

TICO LIGHT (44) 99807 1391

PRODUTOR GERAL

RAFAEL TORRES

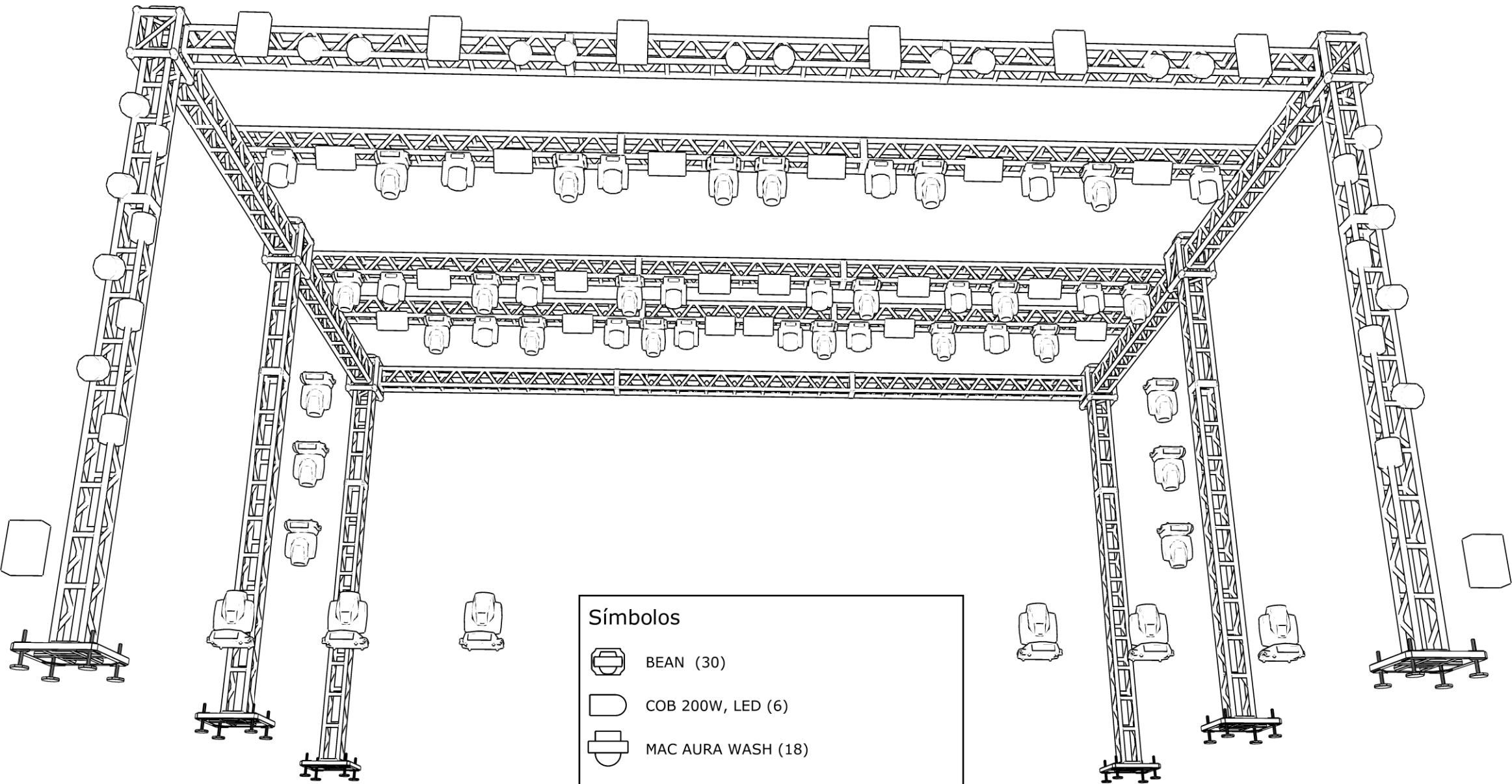
PRODUTOR TÉCNICO

RAFAEL FARINHA (14) 99839 1851







MANTER O GRID A MEIA ALTURA
ATE A CHEGA DA EQUIPE

1- CONSOLE M.A LIGHT COMAND +
FADER WYNG

1 GOL SEPARADO NO FUNDO PARA O PAINEL DE LED



Símbolos

-  BEAN (30)
-  COB 200W, LED (6)
-  MAC AURA WASH (18)
-  STROBE RGB FITA (18)
-  MINI BRUTE (6)
-  FOG COM VENTILADR (2)

MANTER O GRID A MEIA ALTURA
ATE A CHEGA DA EQUIPE

1- CONSOLE M.A LIGHT COMAND +
FADER WYNG





CONDIÇÕES TÉCNICAS:

1. É obrigatório no que diz respeito à sonorização e iluminação dos eventos, que os equipamentos sejam estritamente compatíveis à realidade dos espaços físicos.
2. A empresa locadora fica comprometida em notificar antecipadamente a quantidade dos componentes e o potencial que a mesma irá instalar em seus sistemas.
3. Será considerado inaceitável pela equipe técnica se o sistema apresentar por qualquer motivo, algum tipo de “ruído” ou problema eletroeletrônico que venha prejudicar o decorrer do show.
4. **Será obrigatório uso de dois grupos geradores de no mínimo 200kva trifásico com aterramento, SUPER-SILENCIADO e com placa reguladora (não aceitamos em hipótese alguma Gerador de escova). Chave reversora automática .**
5. Caso haja algum tipo de problema em relação às necessidades de equipamentos requisitados, a empresa locadora fica comprometida em comunicar de imediato ao Produtor da dupla.

Importante:

A empresa locadora do equipamento fica comprometida a designar (03) técnicos responsáveis. (01) para monitor, (01) para o P.A. e (01) para iluminação. Agilizando a passagem de som, e na hora do show para auxiliar no monitor e no P.A.

A dimensão mínima do PALCO para realização do show é de 16 metros de frente, 10 metros de profundidade, pé- direito com 07 metros. Com cobertura e áreas separadas de serviço para Monitor Mixer e Rack Dimmer de Luz, 02 camarins, cestos de Lixo e um responsável por limpeza durante todo o evento (montagem e show). Pois estaremos montando nossa produção neste espaço.

OBSERVAÇÕES:

No caso de haver “bandas de abertura”, outro sistema deverá ser montado. “Não compartilhamos o mesmo sistema, praticáveis e nem instrumentos com outras bandas”. Os consoles e periféricos são de utilização EXCLUSIVA.

Para os shows ao ar livre, no local onde fica o console de mixagem do P.A. Necessitamos de 115 dB de nível sonoro

Em locais fechados o console de mixagem do P.A deve ficar e/ou ser montado sempre no meio do salão.

O console de monitor deve ficar sempre do lado oposto aos RACKs DIMMER de iluminação.



SISTEMA DE P.A

CONSOLES: F.O.H

Avid Digi design :Profile Mix Rack com 03 DSPs S6L

Yamaha: PM5D RH, CL5, PM10

Soundcraft :Vi6, VI3000 VI 2000

Midas: Pro9, Pro6, Pro3 ou Pro2

DiGiCo: SD8

- Não aceitaremos marcas e modelos que não estejam no RIDER.

Sistema de Front Fill são indispensáveis.

Se necessário, deverão ser colocados torres de Delay's.

SISTEMA DE MONITOR:

CONSOLES MONITOR TODAS COM 24 OUT

Midas: VI3000, VI2000, VI1000

Yamaha: PM5D RH, CL5 ,

Avid Digi design :Profile Mix Rack com 03 DSPs S6L-

- Não aceitaremos marcas e modelos que não estejam no RIDER.

Sistema de comunicação com Dois pontos (MONITOR, P.A) **INDISPENSÁVEL**

BACK LINE:

08 MONITORES SM400 , 222, NEXO, LS AUDIO

01 Side Fill Duplo 4 vias estéreo

01 Sub Drums 2X18

01 Amplificador de Baixo Ampeg, Hartke ou GK800

02 FENDER TWIN REVERB

08 Praticáveis pantográficos (2,00 X 1,00)

04 IN EAR SENNHEISER G4 OU PSM900

02 MIC SEM FIO – AXIENT

01 BATERIA BUMBO, 3 TONS, 2 SURDO 5 ESTANTES GIRAFA, 01 MAQUINA DE HIHAT, BANCO



INPUT LIST

CH	INSTRUMENTOS	MIC/TRANSMISSÃO/DI	PEDESTAL/GARRA
01	KICK	BETA 91/BETA 58	PEQUENO
02	SNARE TOOP	MD 421/E 604/SM 57	LP/PEQUENO
03	SNARE BOOT	MD 421/E 604/SM 57	LP/PEQUENO
04	SNARE 2	MD 421/E 604/SM 57	LP/PEQUENO
05	SNARE 3	MD 421/E 604/SM 57	LP/PEQUENO
06	HI HAT	SM 81/C 1000	PEQUENO
07	TOM 1	MD 421/E 604/SM 57	LP/CLAMP
08	TOM 2	MD 421/E 604/SM 57	LP/CLAMP
09	TOM 3	MD 421/E 604/SM 57	LP/CLAMP
10	FLOOR 1	MD 421/E 604/SM 57	LP/CLAMP
11	FLOOR 2	MD 421/E 604/SM 57	LP/CLAMP
12	OVER L	SM 81/C 1000	LONGO
13	OVER R	SM 81/C 1000	LONGO
14	CONGA HI	SM 57/SM 58	LP/MEDIO
15	CONGA LOW	SM 57/SM 58	LP/MEDIO
16	BONGO	SM 57/SM 58	MEDIO
17	TIMBAL	SM 57/SM 58	LP/MEDIO
18	PANDEIRO	XLR/RACK DUPLA	
19	TIMBALES	SM 57/SM 58	LP/MEDIO
20	SHAKE	SM 81/C 1000	LONGO
21	EFEITOS	SM 81/C 1000	LONGO
22	BASS	DI IMP2	
23	GTR L	DI IMP2	
24	GTR R	DI IMP2	
25	VIO GTR	XLR/RACK DUPLA	
26	VIO GH	DI IMP2	
27	GTR GH	DI IMP2	
28	ACORDEON	XLR/RACK DUPLA	
29	GTR L	DI IMP2	
30	GTR R	DI IMP2	
31	VS/LOOP L	XLR/RACK	
32	VS/LOOP R	XLR/RACK	
33	VS/VIO L	XLR/RACK	
34	VS/VIO R	XLR/RACK	
35	VS/PART	XLR/RACK	
36	VS/REGENCIA	XLR/RACK	
37	VS/CLICK	XLR/RACK	
38	VS/LTC	XLR/RACK	
39	GEORGE HENRIQUE	XLR/RACK	LONGO
40	RODRIGO	XLR/RACK	LONGO
41	STBY GH	LOCADORA SHURE AXIENT	
42	STBY RD	LOCADORA SHURE AXIENT	
43	OFF GH	XLR/RACK	
44	OFF RD	XLR/RACK	
45	COM/GUITAR	SM 58	LONGO
46	COM/PRODUTOR	XLR/RACK	
47	COM/TEC MONITOR	SM 58	LONGO
48	COM/TEC P.A	SM 58	

PRODUTOR GERAL. MAKARRÃO (62) 99878 9338

makarraoprod@gmail.com



OUTPUT LIST

OUTPUT	INPUT	SYSTEM
01	DRUMS L	PRÓPRIO
02	DRUMS R	PRÓPRIO
03	PERCUSSÃO L	PRÓPRIO
04	PERCUSSÃO R	PRÓPRIO
05	BASS L	PRÓPRIO
06	BASS R	PRÓPRIO
07	GTR L	PRÓPRIO
08	GTR R	PRÓPRIO
09	GTR L	PRÓPRIO
10	GTR R	PRÓPRIO
11	ACORDEON L	PRÓPRIO
12	ACORDEON R	PRÓPRIO
13	GEORGE H L	PRÓPRIO
14	GEORGE H R	PRÓPRIO
15	RODRIGO L	PRÓPRIO
16	RODRIGO R	PRÓPRIO
17	MONITOR GH	LOCADORA
18	MONITOR RD	LOCADORA
19	SUB BAT	LOCADORA
20	BLASTER	LOCADORA
21	PRODUTOR L	LOCADORA
22	PRODUTOR R	LOCADORA
23	ROADIES	LOCADORA
24	LED	LOCADORA



PATCH

	INSTRUMENTOS	PATCH
01	KICK	01
02	SNARE TOOP	02
03	SNARE BOOT	03
04	SNARE EFX	04
05	SNARE LOW	05
06	HI HAT	06
07	TOM 1	07
08	TOM 2	08
09	TOM 3	09
10	FLOOR 1	10
11	FLOOR 2	11
12	OVER L	12

	INSTRUMENTOS	PATCH
01	OVER R	13
02	BASS	22
03	GUITAR L	23
04	GUITAR R	24
05	VIO GH	26
06	GUITAR GH	27
07		
08		
09		
10		
11		
12		

	INSTRUMENTOS	PATCH
01	CONGA HI	14
02	CONGA LOW	15
03	BONGO	16
04	TIMBAL	17
05	TIMBALES	19
06	SHAKE	20
07	EFEITOS	21
08		
09		
10		
11		
12		

	INSTRUMENTOS	PATCH
01	GUITAR L	29
02	GUITAR R	30
03	VS/LOOP L	31
04	VS/LOOP R	32
05	VS/VIO L	33
06	VS/VIO R	34
07	VS/PART	35
08	VS/REGENCIA	36
09	VS/CLICK	37
10	VS/CODE	38
11	COM/ GUITAR	45
12		

Este RIDER TÉCNICO pede o mínimo para o bom andamento do nosso show, portanto todos os itens são indispensáveis.

GH&R
GEORGE HENRIQUE E RODRIGO



RÍDER TÉCNICO

GH&R

GEORGE HENRIQUE E RODRIGO

2025

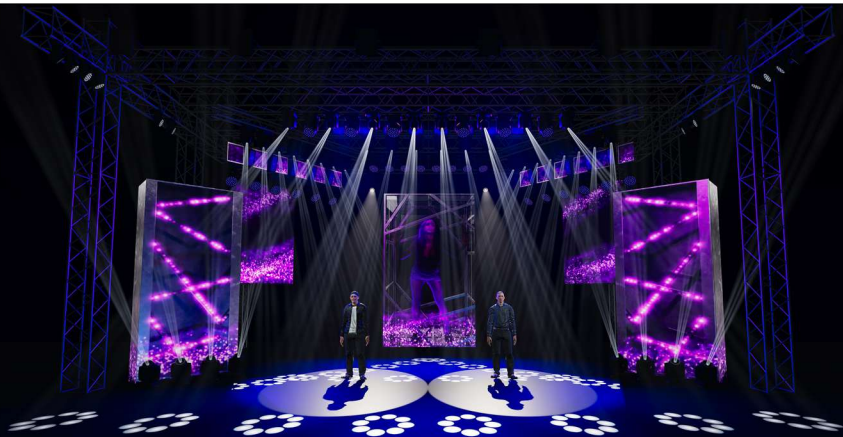


MAPA DE LUZ GEORGE HENRIQUE E RODRIGO 2025

PROJETO DESENVOLVIDO VIA DEPENDENCE

PEDRO HENRIQUE
34 9 9244-3241

GH&R
GEORGE HENRIQUE E RODRIGO

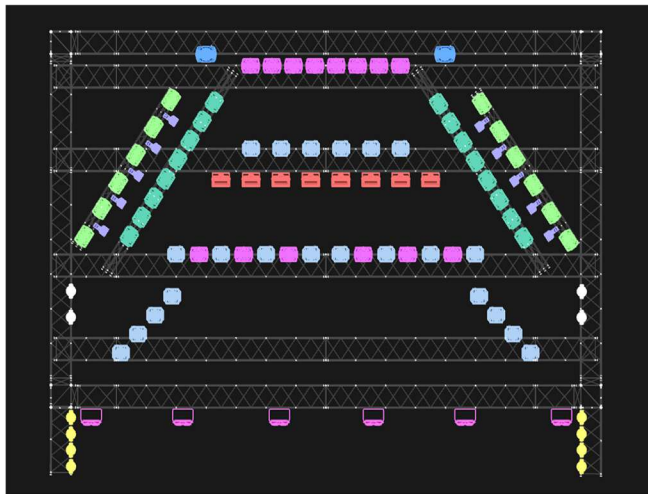


MAPA DE LUZ GEORGE HENRIQUE E RODRIGO 2025

PROJETO DESENVOLVIDO VIA DEPENDENCE

PEDRO HENRIQUE
34 9 9244-3241

GH&R
GEORGE HENRIQUE E RODRIGO



LISTA DE APARELHOS

-GHR

16- BEAM SR

10- P5 OUTDOOR

12- ROBE WASH LED

-LOCADORA

22- BEAM SR

14- ROBE WASH LED

12- MOVING WASH LED (PROPRIO)

08- ATOMIC LED NITRO

02- SPOT BSW (CONTRA)

05- MINI BRUT 4 OU 5 LAMP

02- MÁQUINA DE FUMAÇA DMX C/ FAN

01- CONSOLA MA 2 OU 3

01- SISTEMA INTERCON PALCO > HOUSE

01- SISTEMA PRO POWER E SPLITTER

ATENÇÃO:

01- PALCO E GROUND DEVERÁ ESTAR TODO ATERRADO

02- AO USO DO ARTMET DEVERÁ USAR REDUNDÂNCIA

- FIXTURE: GHR
- BEAM SR
- ROBE WASH LED
- P-5
- FIXTURE: LOCADORA
- BEAM
- ATOMIC LED
- MINI BRUT
- SPOT E CONTRA
- MAC ALURA BANDA
- MAC ALURA FOTOGRAFIA

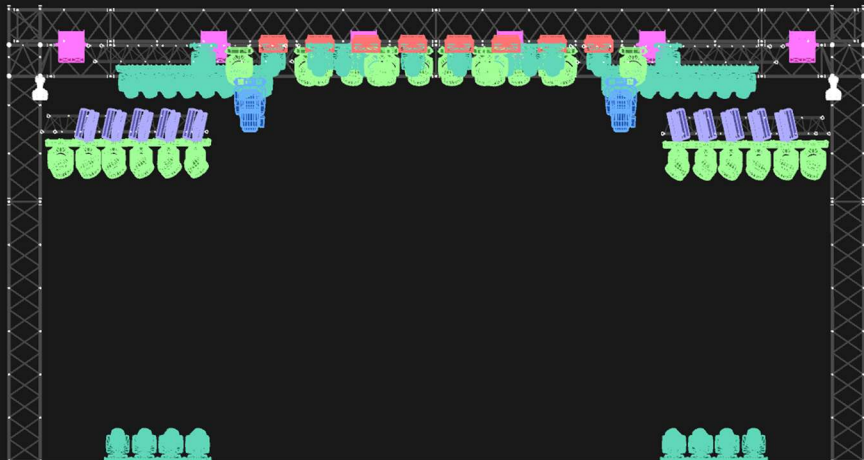
MAPA DE LUZ GEORGE HENRIQUE E RODRIGO 2025

PROJETO DESENVOLVIDO VIA DEPENCE

PEDRO HENRIQUE
34 9 9244-3241

GH&R
GEORGE HENRIQUE E RODRIGO

GH&R
GEORGE HENRIQUE E RODRIGO

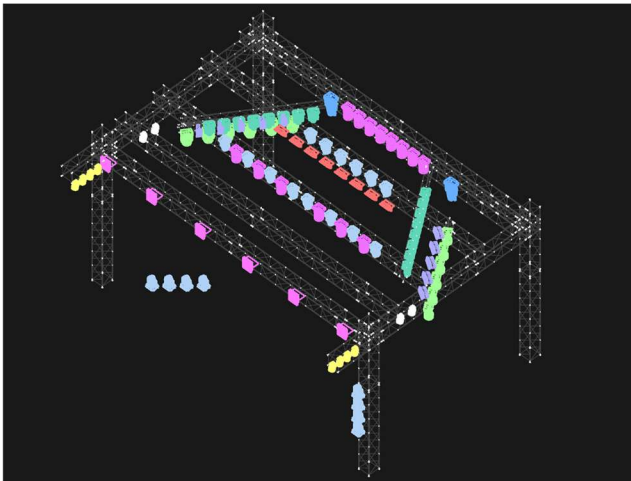


MAPA DE LUZ GEORGE HENRIQUE E RODRIGO 2025

PROJETO DESENVOLVIDO VIA DEPENDENCE

PEDRO HENRIQUE
34 9 9244-3241

GH&R
GEORGE HENRIQUE E RODRIGO



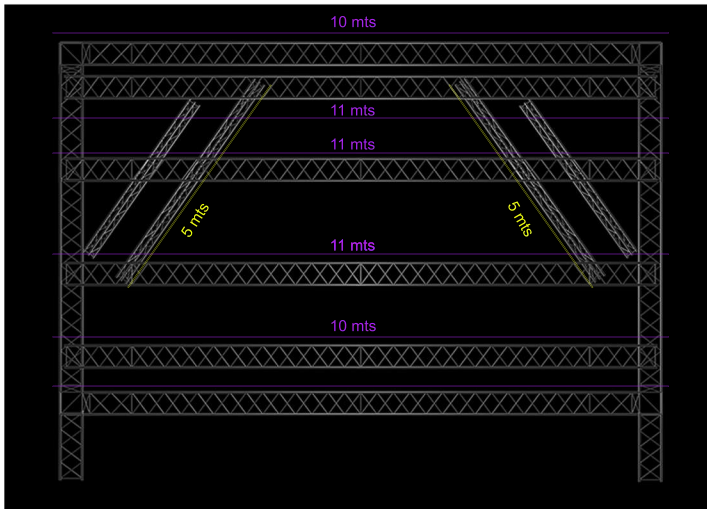
■	FIXTURE GHR
■	BEAM 5R
■	ROBE WASH LED
■	P-5
■	FIXTURE LOCADORA
■	BEAM
■	ATOMIC LED
■	MINI BRUT
■	SPOT E CONTRA
■	MAC AURA BANDA
■	MAC AURA FOTOGRAFIA

MAPA DE LUZ GEORGE HENRIQUE E RODRIGO 2025

PROJETO DESENVOLVIDO VIA DEPENDENCE

PEDRO HENRIQUE
34 9 9244-3241

GH&R
GEORGE HENRIQUE E RODRIGO



LOCADORA

04- LINHAS DE 11 mts (Q-50)
02-LINHAS DE 5mts (Q-30)
02-TALHAS

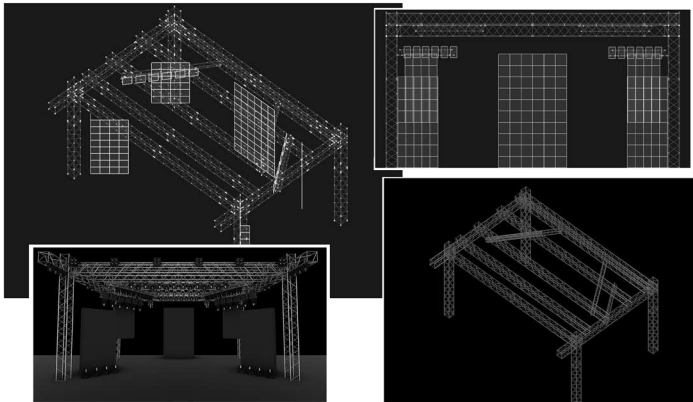
**OBS: AS LINHAS DE 5 METROS
 DEVERÃO ESTAR NO GROUND
 COM GREPS A CADA PONTA
 COMO SEQUE NO RIDER!**

MAPA DE LUZ GEORGE HENRIQUE E RODRIGO 2025

PROJETO DESENVOLVIDO VIA DEPENCE

PEDRO HENRIQUE
34 9 9244-3241

GH&R
 GEORGE HENRIQUE E RODRIGO



INDISPENSÁVEL O USO DE ATERRAMENTO !

Para efetiva realização do show o ríder deve ser seguido corretamente!

Dúvidas: 62 9 9878-9338- Makarrão (PRODUTOR GERAL) /

34 9 9244-3241- Pedro (ILUMINADOR) 34 9 9995-8602- Éder Andrade (TÉCNICO DE LED)

ANEXO IX

REFERENCIA PARA O

EQUIPAMENTO DE SOM PARA

PALCO SECUNDÁRIO (EXPOSIÇÃO).

58ª FESTA DA PONKAN.

PALCO SECUNDÁRIO (EXPOSIÇÃO)

- **SISTEMA DE SOM:** Sistema de som com 04 (quatro) colunas Slim , com subwoofer e uma caixa de satélite de alta em cada coluna, sendo 900W de potência no mínimo em cada coluna;
- **01 (uma) mesa de som** com 24 (vinte e quatro) canais;
- **02 (duas) caixas de retorno** para chão;
- **Sistema de backline** com **05 (cinco) microfones** sem fio e **02 pedestais**;
- **Tudo cabeamento necessário**;
- **Painel de Led 3x2** (já descrito no termo de referência).